

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

**A desinstitucionalização como estratégia coletiva de resistência contra a
militarização dos corpos**

Adélia Benetti de Paula Capistrano

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Psicologia da Universidade Federal Fluminense para obtenção do título Mestre em Psicologia.

Orientadora: Beatriz Adura Martins

Linha de pesquisa: Subjetividade, Política e Exclusão Social.

Niterói/RJ

2024

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Beatriz Adura Martins - Orientadora
Universidade Federal Fluminense - UFF

Prof.^a Dr.^a Cecília Coimbra
Universidade Federal Fluminense - UFF

Prof.^a Dr.^a Céu Cavalcanti
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Prof.^a Dr.^a Melissa de Oliveira Pereira
Centro Universitário IBMR-RJ

AGRADECIMENTOS

E se aqui estamos cantando essa canção,
Viemos defender a nossa tradição,
E dizer bem alto que a injustiça dói,
Nós somos madeira de lei que cupim não rói.

(Antônio Nóbrega, Madeira que cupim não rói, 1997)

Às minhas famílias, de mãe e de pai, com todo meu amor e gratidão pelo cuidado, companheirismo e referências éticas estéticas técnicas e políticas. Amo vocês!

Ao pessoal do Orfanato, pelas memórias e presenças compartilhadas.

Ao pessoal de Santos, São Paulo, Guarulhos, Brasília, Rio de Janeiro e Niterói pelo acolhimento, redes de apoio, parcerias e aventuras que possibilitam o descanso, os pousos seguros, o morar. Às equipes do CAPS Arco Íris, da CGMAD/DAPES/MS, da Rede Crepop e do CRP 01/DF, pela práxis.

Ao Carlão (*in memoriam*), Luara (*in memoriam*), Gisele (*in memoriam*), Mônica, Jéssica (*in memoriam*), Fernandinha, Fernando, Franciscos, Jaqueline, Nelson (*in memoriam*), William e Sebastião, pelos encontros desatinados.

À Taia, Isadora, Thaís e Marcel, pelo incentivo à escrita do projeto e acompanhamento, e à Mítie, Vanessa, Élide, Allana e Dazi, pela amizade.

À Jana Koosah, pela coorientação extraoficial e parceria de sempre.

À Bia Adura Martins e ao grupo de orientação Ventanias da Guanabara pela experimentação coletiva, sacudidas e resistência festiva.

À Cecília Coimbra, Céu Cavalcanti e Melissa Pereira, por me incentivarem a enfiar o dedo na ferida e a sangrar.

À Martha e ao Filipe, por me ajudarem a lidar com as dores e durezas do corpo durante esse processo.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo discutir as estratégias coletivas de desinstitucionalização como enfrentamento à militarização da vida. Busco compreender o presente através de viagens narrativas no espaço-tempo, que conectam cartas, notas, músicas, testemunhos, pesquisas e experiências de resistência nos territórios de São Paulo, Distrito Federal e Rio de Janeiro. A metodologia das viagens narrativas, inspirada por Walter Benjamin e Beatriz Adura Martins, busca trazer a desinstitucionalização como práxis e a luta antimanicomial como paradigma, almejando pistas de sobrevivência para momentos em que a desesperança, melancolia e impotência dominam. Ao longo do trabalho busca-se explicitar o óbvio: hospitais psiquiátricos, prisões e seus híbridos são locais privilegiados para a prática de tortura, segregação e quantas mais violências se conseguir imaginar. O resgate das instituições totais, da violência, da tolerância e inventadas e a proposta de manter as contradições abertas de Franco Basaglia almejam explicitar a necessidade do processo permanente de desinstitucionalização mesmo após o fechamento dos manicômios. As análises de implicação e sobreimplicação propostas por Cecília Coimbra permitiram o resgate de parte de minha história familiar e dos percursos de formação e atuação profissional como material da pesquisa. A dissertação é fruto desses encontros com tantas outras referências, como um laboratório de experimentação de travessias para abertura de frestas de escrita. Em um esforço para conectar o que aconteceu no passado e o que sobrou no presente, indo na contramão das forças que tentam apagar as histórias, explicita-se o incômodo da mistura da vida pública e privada, respeitando-se o silêncio do que ainda não se consegue registrar. Mais do que chegar a conclusões ou prover respostas, o estranhamento permanece como um convite a quem puder compartilhar outros registros de memórias e construções coletivas.

Palavras-chave: Desinstitucionalização, luta antimanicomial, narrativas.

ABSTRACT

This paper aims to discuss collective strategies of deinstitutionalization as a means of confronting and resisting the militarization of life. I try to understand the present through narrative journeys in space and time, connecting letters, notes, music, testimonies, researches and experiences from the territories of São Paulo, Distrito Federal and Rio de Janeiro. The narrative journeys methodology seeks to bring deinstitutionalization as a praxis, and the anti-asylum struggle as a paradigm, seeking clues for survival in moments when hopelessness, melancholy and impotence dominate. Throughout the work, the obvious is sought: psychiatric hospitals, prisons and their hybrids are privileged places for the practice of torture, segregation and as many other forms of violence as one can imagine. The discussion about total institutions, violence institutions, tolerance institutions and those invented and Franco Basaglia's proposal to keep contradictions open, aimed to explain the permanent process of deinstitutionalization even after the closure of mental hospitals. The analysis of implication and over-implication proposed by Cecília Coimbra allowed to recover part of my family history, educational and professional career paths as research material. The dissertation is the result of these encounters with so many other references, like a laboratory to open up gaps in writing. In an effort to connect what happened in the past and what remains in the present, going against the forces that try to erase history, the discomfort of the fusion between public and private life is explicated, respecting the silence of what cannot yet be said. More than reaching for conclusions or providing answers, the questions remained as an invitation to whoever to share memories and collective constructions.

Keywords: Deinstitutionalization, anti-asylum struggle, narratives

SUMÁRIO

1. Apresentação: para começo de conversa.....	p. 06
2. Metodologia	p. 11
2.1 Análise de implicações e sobreimplicação	p. 11
2.2 Referências	p. 14
2.3 Escrita após pandemia	p. 17
3. Consensos em um Estado militarizado	p. 23
3.1. Entre Idas e vindas - Indústria da loucura.....	p. 26
3.2 Sobre as instituições: Totais, Negada e da Tolerância.....	p. 34
3.3 Brasília	p. 41
3.4 Saúde mental	p. 50
4. Territórios de resistência	p. 52
4.1 Instituições Inventadas	p. 57
4.2 Fragmentos	p. 67
5. Considerações finais.....	p. 70
Referências Bibliográficas	p. 75

1. Apresentação: para começo de conversa

Parece sempre tempo de dizer “Por uma sociedade sem manicômios” não como ponto de chegada, mas de partida. (NICÁCIO, 1990)¹

Este trabalho tem como objetivo discutir as estratégias coletivas de desinstitucionalização como enfrentamento à militarização da vida. Serão procuradas pistas de resistência provocadas pela luta antimanicomial no Brasil e pelo processo de Reforma Psiquiátrica ante a reprodução das violências de um Estado militarizado e estruturado pelo racismo, conforme livro do atual ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania do Brasil, Silvio de Almeida (2019).

Busco compreender o presente através de viagens no espaço-tempo que conectam cartas, anotações, pesquisas, músicas, testemunhos e experiências que perpassam territórios dos estados de São Paulo, Distrito Federal e Rio de Janeiro.

Meu intuito inicial era mostrar como as estratégias de desinstitucionalização se relacionam à luta contra a militarização dos corpos no Brasil, incluindo não só a crítica à psiquiatria como também à psicologia. Queria discutir as relações de poder, os mandatos e responsabilidades dos profissionais como parte do Estado e também a partir da instituição das políticas públicas relacionadas à rede de atenção psicossocial. No entanto, ao justificar a escolha do tema e encarar a análise de implicação, me perdi nos papéis de psicóloga, familiar, militante e pesquisadora.

Sou neta de David Capistrano da Costa, perseguido, preso, exilado, torturado e desaparecido em 1974 e de Maria Augusta de Oliveira, por parte de pai. Como familiar, sou filha, sobrinha e neta de pessoas perseguidas durante os anos de terrorismo da

¹ Fernanda Nicácio fez estágio em Trieste, na Itália, entre 1980-1981; foi a primeira coordenadora do Núcleo de Atenção Psicossocial da Zona Noroeste, em Santos/SP, em 1989. Professora, pesquisadora, tradutora de Franco Rotelli, gestora, referência em processos de desinstitucionalização e reabilitação psicossocial na prática.

ditadura empresarial-militar de 1964². Plagiando o plágio de Deleuze por Monteiro de Abreu (2017), me vi enquanto descendente de

uma geração que foi mais ou menos assassinada pela ditadura militar. Alguns escaparam, resistiram e na resistência permanecem, tentando inventar outros corpos sobre um mesmo corpo; corpo para sempre marcado por uma dura composição: medo-vergonha-silêncio-tortura (*apud* COIMBRA, C.; DE ABREU, 2018, p. 95)

Como pecinhas de quebra-cabeça que revelam histórias interrompidas, conectam pessoas e validam afetos, olho para o que tentava esquecer: perseguição, ameaça, prisão, tortura, esartejamento, desaparecimento. Enfrentar a estagnação na vítima, no eterno retorno da violência que apavora. Quando o medo toma conta, os músculos enrijecem no corpo paralisado, os olhos abertos e atentos, a respiração cortada. As dores de cabeça, nos ombros, nas costas, no peito e quadril.

A experiência da Equipe Clínico-Grupal Tortura Nunca Mais de atendimento a pessoas que viveram o terror do Estado problematiza os riscos de se naturalizar o estatuto de vítima e da captura pelo ressentimento:

A vitimização é um modo de subjetivação capitalístico que se produz na separação do corpo daquilo que ele pode. Separa a forma de suas forças constitutivas, barrando o desejo e sua força de criação e invenção de outros, muitos, modos de existir. (...) Esta vida reativa-vitimizada clama pelo Estado, por sua justiça, demandando um salvador para a cura de todos os seus males. O salvador tanto pode ser Deus, a Justiça, quanto a Medicina e seus saberes-poderes correlatos. (COIMBRA, C.; DE ABREU, 2018, p. 103-104)

2 O conceito ditadura empresarial-militar é utilizado por Virgínia Fontes em: FONTES, Virgínia. Enfrentando tempos sombrios. Revista Transversos. “Dossiê: Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro: três décadas de Resistência”. Rio de Janeiro, nº. 12, pp. 190-196, Ano 05. abr. 2018. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos>>. DOI: 10.12957/transversos.2018.33661

A armadilha de buscar a centralidade de poder do Estado reforça a vontade de tutela, punição e vingança, de endurecimento do direito penal e judicialização da vida. Com a evocação do estatuto de familiar, poderia trazer a subjetivação marcada por traumas transgeracionais de quem descende dessa violência estatal, mas escolho outro caminho (COIMBRA, C; DE ABREU, 2018). Como lembra Cecília: *Mas, a vida insiste mesmo nesses lugares do horror. No terror, a potência da vida insiste* (COIMBRA, C., 2024)³

Sou filha de mãe e pai servidores da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, que se conheceram trabalhando no Vale do Ribeira antes de existir o Sistema Único de Saúde. Haidê Benetti de Paula é minha mãe, David Capistrano da Costa Filho — o Davizinho, para quem é da geração anterior — meu pai.

Ele foi, entre tantos papéis durante sua curta vida, secretário de saúde em Bauru/SP à época em que se lançou a Carta de Bauru e o lema “Por uma sociedade sem Manicômios”; secretário de saúde de Santos/SP à época da primeira intervenção municipal de desinstitucionalização de um hospital psiquiátrico brasileiro, a Casa dos Horrores Anchieta; e prefeito de Santos. São muitas as histórias, menções, anedotas e causos contados por diversas pessoas sobre ele, além dos registrados nos arquivos do Sistema Nacional de Informação (atual Agência Brasileira de Investigação - ABIN), que *espionou mais de 300 mil brasileiros na ditadura* (PEDRETTI, L., DOMENICI, T., 2024)⁴.

Nasci em 1982, cresci atendendo aos telefonemas de Antonio Lancetti, Roberto Tykanori, Fernanda Nicácio, Socorro, Cidinha, Florianita e tantas outras figuras importantes da saúde pública brasileira e que compõem o “Orfanato” desde que meu pai morreu. Enquanto familiar de gestor, minhas grandes preocupações à época envolviam estudar, brincar, explorar, assistir televisão e me proteger das consequências da imprensa local enfurecida.

3

4 PEDRETTI, L., DOMENICI, T. Os registros inéditos do SNI que espionou mais de 300 mil brasileiros na ditadura. A Pública. 28/03/2024. Disponível em: <https://apublica.org/2024/03/os-registros-ineditos-do-sni-que-espionou-mais-de-300-mil-brasileiros-na-ditadura/> . Acesso em 30/03/2024.

Participei como usuária das políticas públicas da época, como o programa de saúde bucal - odiava mastigar a pastilha rosa pink que evidenciava a falta da correta escovação dos dentes e o bochecho com cloro no “Dino Maloca”, escola pública ao final da rua de casa; das viagens até o ponto final dos ônibus de graça aos domingos; do caderno feito de material reciclado do Sr. Olimpo entregue aos estudantes.

Cresci tomando chá mate com limão na sauna de Santos, esperando com a irmã e os dois irmãos a hora de acabar as agendas na Secretaria de Higiene e Saúde - SEHIG e depois no gabinete da prefeitura. Retomar esses tempos é lembrar das manhãs de domingo, quando era acordada ao som de Mercedes Sosa, ou da Internacional Comunista, Chico Buarque ou alguma outra música pra começar bem o dia, cantando a plenos pulmões:

E quest' è il fiore del partigiano

O bella ciao, bella ciao, bella ciao, ciao, ciao

E quest'è il fiore del partigiano

Morto per la libertà

(Bella ciao, canção popular italiana)

O primeiro contato com Franco Basaglia foi enquanto adolescente, com o livro encontrado na estante de casa com o fascinante título “A Psiquiatria Alternativa - Contra o pessimismo da razão, o otimismo da prática”. O formato de entrevistas tornava a leitura agradável, as discussões intrigavam.

Seu conteúdo, reflexões e abrangência só começou a ser compreendido anos depois como estudante antimanicomial no Fórum Paulista da Luta Antimanicomial do Movimento Nacional da Luta Antimanicomial — FPLAM, a partir de convite da orientadora desta dissertação Beatriz Adura Martins, à época colega da mesma turma de graduação em psicologia na cidade de São Paulo.

As reuniões eram meio caóticas, com intensas manifestações de discordância, sem um jeito muito específico de como tinha que ser. A partir disso surgiam os motes do 18 de maio, o dia nacional da luta antimanicomial, eram organizados os atos, encontros, debates, festas. As decisões muitas vezes eram redefinidas e as reverberações continuavam sendo compartilhadas depois da reunião, aos sábados, esperando o ônibus

ou nos bares próximos ao metrô Clínicas e depois lá embaixo da avenida Consolação, perto do cemitério, junto Conceição, Benê, Carlão, Kayky, Marília, Bia...

A experiência com o movimento social que reivindica uma sociedade sem manicômios fez questionar técnicas e teorias enquanto as aprendia. A crítica à psicologia que reproduz a invalidação, opressão, dominação e disciplinarização me levou a afirmar que nunca trabalharia com saúde mental.

E com o bucho mais cheio comecei a pensar

Que eu me organizando posso desorganizar

Que eu desorganizando posso me organizar

Que eu me organizando posso desorganizar

(Chico Science e Nação Zumbi, Da lama ao caos, 1994).

Contudo, após me formar conheci a experiência triestina do cuidado em liberdade. A experiência de desinstitucionalização iniciada em 1971 com a entrada de Franco Basaglia como diretor do hospital psiquiátrico de Trieste, Itália, se tornou referência para a superação dos manicômios e influenciou o processo da Reforma Psiquiátrica no Brasil⁵. Passei 05 meses na Itália, em um estágio pouco planejado, aberto à diversidade de experiências. Apesar do estranhamento de não ter encontrado o movimento social ‘deles’ (ao menos não como vivi junto ao FPLAM), regressei ao Brasil animadíssima para trabalhar em CAPS, tendo visto tantas outras possibilidades de atuação como psicóloga.

Me tornei funcionária do Estado em 2007, quando trabalhei como psicóloga na equipe que inaugurou um CAPS em Guarulhos, na região metropolitana de São Paulo, com uma área de abrangência de mais de 500 mil pessoas. Após breve experiência na coordenação de um CAPS III, veio a mudança para Brasília para trabalhar na Coordenação Geral de Saúde Mental, Álcool e Drogas do Ministério da Saúde. Minha área de abrangência passou para estadual e nacional, conheci o aparato burocrático tantas vezes criticado pela minha versão anterior de trabalhadora “da ponta” de CAPS. O que salvou foi o trabalho coletivo – raro nas instituições da gestão pública federal – com coordenação explicitamente defensora do cuidado em liberdade por Roberto Tykanori e Fernanda Nicácio – o que amenizou a dureza dessa instituição.

5. Para saber mais, ver o trabalho de Nicácio (2003).

Em uma reviravolta inesperada, fui trabalhar com psicologia e políticas públicas no Conselho Regional de Psicologia do Distrito Federal. O retorno para a atuação local (território distrital atravessado pelo federal) vem com o desafio de trabalho junto à categoria profissional, mas essa é uma outra história.

Então, então eu respiro mesmo que a cabeça volte a me atrapalhar

E às vezes acontece

Então, então eu respiro, e respiro após a chuva para um novo começo

(Respira, Natalia Doco, álbum El Buen Gualicho, 2019)⁶

2. Metodologia

Anda o teu andar sem pressa

Chega, a boa hora é essa

Entra

Puxa essa cadeira

Tem a tarde inteira

Quase que eu perdi o medo

Deixa de guardar segredo

Deita

Espera amanhecer

(Alessandra Leão, Boa hora, 2009)

2.1 Análise de implicações e sobreimplicação

A Apresentação teve como objetivo explicitar de onde parto. Resgatar uma parte da história familiar, meu percurso de formação e atuação profissional para pensar o lugar que ocupo enquanto pesquisadora, atravessada e constituída pelas instituições, conforme a proposta subversiva da análise de implicações. Essa ferramenta vem da Análise Institucional, que entende a instituição não como organização ou estabelecimento, mas como *o espaço onde as relações de produção estão instituídas de*

6. Tradução livre do trecho “Alors, alors je respire même la tête me vuelve a atrapar / Y a veces pasa / Alors, alors je respire, et respire qu’après la pluie un nouveau départ”.

maneira aparentemente natural e eterna e não onde o jurídico se manifesta (COIMBRA, NASCIMENTO, 2008, p. 03).

A partir da recusa de uma suposta neutralidade científica positivista e do questionamento de certezas instituídas, a análise de implicações tem como efeito político:

a problematização das relações de saber/poder, visto que ela aponta para o lugar instituído de onde falamos quando, com nossas práticas especialistas, legitimamos a divisão social do trabalho no capitalismo. Ou seja, fortalecemos essa divisão quando naturalizamos que há aqueles que sabem, que detêm a verdade científica, neutra e objetiva – os especialistas e acadêmicos — e de outro os que simplesmente devem executar o que foi pensado/planejado por esses iluminados, detentores do saber/poder (COIMBRA, NASCIMENTO, 2008. pp. 05-06).

O estudo, trabalho e militância sempre ocuparam a maior parte da minha vida, tudo junto e misturado. As longas jornadas de trabalho, frequentemente além do expediente, muitas vezes reduziram os momentos de descanso, lazer, de estar com a família e amigos. Assim, causou surpresa e incômodo me deparar com o dispositivo sobreimplicação, conforme proposto pela Análise Institucional de René Lourau, a partir da discussão de COIMBRA e NASCIMENTO (2007, p. 01):

A sobreimplicação é a crença no sobretrabalho, no ativismo da prática, que pode ter como um de seus efeitos a dificuldade de se processar análises de implicação, visto que todo o campo permanece ocupado por um certo e único objeto.

As autoras trazem a sobreimplicação como uma construção histórica que favorece a institucionalização de estruturas, a cristalização de práticas e discursos que impossibilitam a consideração de diferentes instituições. Os dispositivos de *acúmulo de tarefas* e de *produção de urgências*, tão comuns nos locais em que trabalhei, alimentam a sobreimplicação, conforme COIMBRA, NASCIMENTO (2007. p. 02):

impõem e naturalizam a necessidade de respostas rápidas e competentes tecnicamente (...) atende com perfeição à lógica capitalista contemporânea, onde o tempo cada vez mais se comprime e se acelera, onde se naturaliza o modo de ser perito e onde a flexibilização das tarefas torna-se obrigatoriedade

Procuro, portanto, colocar em análise também a sobreimplicação das experiências vividas, lidas e contadas, considerando seu atravessamento múltiplo e paradoxal que impedem relações de trabalho mais coletivas, conforme proposto pela autora.

Enquanto familiar, além de clamar por uma justiça - tão longe de vislumbrar -, pergunto sobre o que fazer com fascistas, torturadores, assassinos e genocidas do Estado. Assunto espinhoso e atual, que muita gente vem estudando. Como psicóloga, questiono meu lugar como duplo de agente de transformações e perpetuadora da violência estatal.

Ao propor a desconstrução da história instituída na década de 70, COIMBRA (2004) traz a produção de subjetividades e naturalização de práticas de psicólogos e psicanalistas que fortaleceram a ditadura empresarial-militar no Brasil. Com uma visão negativa da militância política, pesquisaram o perfil psicológico dos considerados ‘terroristas’, que apresentariam, por exemplo, estados psíquicos confusionais, paranoides e conversões histéricas.

O discurso psychologizante não mencionava as torturas infligidas aos presos políticos e dava o aval técnico científico para desqualificar quem se opunha ao regime militar. O texto-intervenção de Coimbra revela a convivência, omissão e participação de profissionais “psi” no aparato repressivo e autoritário:

Sem dúvida, essa “cumplicidade civil”, representada não só por muitos profissionais “psi” brasileiros, mas por grandes parcelas da população, é um dos fatores que mantêm todo e qualquer governo fascista, que sustentou intensamente as ditaduras latino-americanas e que, ainda

hoje, respalda a violência e as exclusões sociais que grassam em nosso país. (COIMBRA, 2004, p. 50)

Por essas e por outras que nunca imaginei trabalhar no Conselho Regional de Psicologia. Criada pela Lei nº 5.766 de 20-12-1971, a autarquia é destinada a “*orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de Psicólogo e zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe*” (BRASIL, 1971), como assinam Emílio Médici *et al.*, presidente do Brasil no período de maior repressão da ditadura empresarial-militar, os ‘anos de chumbo’. Os pelos arrepiam.

Trabalhar onde se orienta, disciplina e fiscaliza o exercício da psicologia como técnica da rede dos Centros de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas — CREPOP⁷ amenizou a situação.

Entrar em contato com psicólogas que atuam nas políticas públicas, com seus relatos sobre a precarização dos serviços, as relações fortemente hierarquizadas, a violência sofrida por quem é atendido e a sensação de estar “enxugando gelo” frente a demandas complexas, sempre urgentes. Discutir a metodologia do CREPOP retomando quem são as pessoas que demandam a atenção, a partir das intersecções entre raça, gênero e classe. Poder compartilhar os incômodos de se identificar com os relatos, conseguir parar durante o trabalho nas reuniões em rede, um respiro.

Ao me questionar se faria sentido propor a discussão do texto de sobreimplicação na Rede CREPOP, me deparo com a referência ao artigo nos documentos sobre a atuação de psicólogas (os) nas Medidas Socioeducativas (CFP, 2021) e na política de Segurança Pública (CFP, 2020). Nessa última, em uma nota de rodapé na página 39, descubro que Cecília Coimbra foi a primeira coordenadora da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia.

7. A Resolução CFP nº 14/2022 formaliza CREPOP: “A normativa garante, na prática, a continuidade de funcionamento do CREPOP, setor responsável pela elaboração de referências técnicas (...) para o desenvolvimento de uma prática psicológica qualificada nas políticas públicas e nos demais espaços que tenham ações conjuntas na execução intersetorial na garantia de direitos. (...) tendo como premissa a participação coletiva, o diálogo e a construção colaborativa”. CFP. Conselhos Regionais de Psicologia formalizam criação da Rede CREPOP. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/conselhos-regionais-de-psicologia-formalizam-criacao-da-rede-crepop/>

2.2. Referências

Às vezes o pai reclamava: Olha o tanto de livros em casa e você assistindo televisão!

De fato, na sala em L, o armário da biblioteca pega toda uma parede, do teto ao chão, além das duas grandes estantes que no futuro sucumbiriam ao peso dos livros, revistas, almanaques, documentos, panfletos, cordeis, LPs, cds e honorarias. Uma parede cheia de histórias em várias linguagens. A foto do avô, uma das poucas que resistiram. Uma escultura com a bandeira do Movimento Sem Terra que lembra da justiça santista que condenou a prefeitura por hospedar turmas do MST para participarem de uma formação lá nos idos dos anos 90.

Como escolher um livro dentre tantas possibilidades? A vontade é de ler todos, conhecer as pessoas e os causos de tantos lugares, olhar e escutar o que foi feito há muito tempo, pra ver se alguma coisa faz sentido no agora.

De maneira semelhante, a vontade é de incluir todo mundo que vem à cabeça para tentar explicar o que a desinstitucionalização tem a ver com a desmilitarização. Ou, antes, o que os manicômios têm a ver com a militarização do Estado, com as relações autoritárias, com a imposição da disciplina e subjetividades normatizadas. O ‘problema’ é que muito já se escreveu, falou e registrou sobre isso, indireta ou explicitamente.

Uma forma de lidar com essa montanha de referências surge com as viagens-narrativas, a partir da interlocução com Beatriz Adura Martins e Walter Benjamin. Em Ode à crueldade, ou a arte para pensar a desinstitucionalização, MARTINS constroi as foto-narrativas:

Procurou-se construí-las através de fragmentos de falas, memórias e histórias contadas que foram processadas ao longo da pesquisa. Elas não devem ser confundidas com um diário, onde se escreveria de forma individual e confessional fatos ocorridos no dia vivido. Como nos explica Benjamin, “o narrador retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência, ou a relatada pelos

outros. E incorpora a coisa narrada à experiência dos seus ouvintes (1996, p. 201)” (MARTINS, B. A., 2009, p. 28)

Evidenciando os movimentos do texto e seus limites intrínsecos, Martins traz o tensionamento como afirmação do caráter interventivo das foto-narrativas, criando espaços e forçando caminhos. Convida a cidade e a arte a entrarem no arranjo, mudando o foco da Saúde Mental para as políticas de desinstitucionalização.

A violência e a crueldade fazem rabiscos que reivindicam uma aproximação com a vida, passamos a falar menos de assistência e mais de vida: a vida como obra de arte. (MARTINS, B. A., 2009, p. 12)

O desafio de contar histórias envolve o incômodo de *recorrer a toda uma vida (...), que não inclui apenas a sua própria experiência, mas também boa parte da experiência alheia* (BENJAMIN, W., 2020, p. 57).

A proposta da metodologia das viagens narrativas é de viajar junto nos territórios ao longo do tempo, em busca das contradições, para frente e para trás, como recortes de um fanzine que se revela na zona cinzenta e lamacenta do presente, de um corpo presente.

As viagens narrativas como método de pesquisa, junto com a desinstitucionalização como praxis e a luta antimanicomial como paradigma. Um imbróglio questionável, que envolve dissensos e convergências momentâneas, sempre a partir da experiência, da práxis que produz parcerias para toda uma vida e além. Jana Koosah resume de forma certa: são diversas as linhas e teorias que atravessam a desinstitucionalização enquanto produção de pensamento e intervenção e almeja, paradoxalmente, não ser campo, algo como uma desconstrução eterna, que não quer se firmar enquanto instituição⁸.

Esta dissertação não tem como objetivo trazer novidades, verdades ou respostas fáceis para as urgências da dita ‘retomada democrática’. Em tempos tão complexos, a proposta é de procurar pistas de sobrevivência para os momentos em que a

8. KOOSAH, Jana. Conversa de whatsapp, fevereiro de 2024.

desesperança, melancolia e impotência dominam, trazendo para o presente a máxima basagliana de “manter as contradições abertas” (BRASIL, 2016).

As músicas entram na metodologia como pílulas para esquentar o coração, mexer e fazer o corpo vibrar, trazer os encontros, as festas, o carnaval e outras manifestações na rua. São como cartas transmitidas ao longo dos tempos, que enviam recados, propiciam lampejos de conexões e outras compreensões. As músicas atemporais e também como produção cultural de seu tempo, que explicitam as fronteiras. Para apoiar nos festejos e na leitura, compartilho link com a lista de músicas que apareceram neste trabalho, além de algumas outras: https://open.spotify.com/playlist/3HZ4AgjAnrjNTnMX7tJGCO?si=LrHE1WM-Qiu_dvIcNeRSaA&pi=ZL59GXo2QUy-R.

A maior parte das citações de trechos musicais vem da programação da rádio pública do Distrito Federal, Cultura FM (100,9). *A rádio que toca Brasília* tem programas produzidos por servidoras/es públicos — como o Beira Mundo, principal fonte de inspiração e acolhimento durante a produção desta dissertação e Barracão — e pela sociedade civil através de edital de chamamento público⁹, como o Cultura Hip Hop, Nas Cordas do Choro, O Fino do Samba, Vamos falar de Negritude, Brasília é mesmo um ovo e até o recente A Hora da Saúde Metal, que toca de rock, metal e punk.

Durante o recente governo fascista eleito, a rádio que faz parte da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) continuou com os *flashes* de notícias que informavam de forma crítica alguns dos absurdos que aconteciam na esfera federal logo antes da Voz do Brasil, mesmo sob censura dos gestores. O cerceamento de liberdade de imprensa foi denunciado pelos funcionários da EBC e a Empresa condenada por assédio moral no ambiente de trabalho estatal (MPT DF/TO, 2024).

Em 2022, os sindicatos dos Jornalistas e Radialistas de Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo e a Comissão de Empregadas/os da EBC realizaram um ato contra a demissão de funcionária da Empresa, indicando estado de greve. A notícia fala sobre o dossiê com

9. Diário Oficial do Distrito Federal, nº 198, segunda-feira, 23 de outubro de 2023. Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa. Edital nº 12/2023 - Resultado provisório chamamento público para seleção de pessoas físicas interessadas na produção voluntária e de programa radiofônico na Rádio Cultura FM. 2023. Disponível em: https://www.cultura.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/11/edital_12-Resultado-provisorio-RADIO-CULTURA.pdf. Acesso em janeiro de 2024.

138 ocorrências de cerceamento de liberdade de imprensa entre janeiro de 2019 a julho de 2020, em que

os temas mais censurados eram os de política e direitos humanos, e que as coberturas sobre o assassinato da vereadora Marielle Franco e violação dos direitos indígenas teriam sido suspensas. Ao todo, já são 4 dossiês lançados que denunciam a censura. (MACIEL, C., 2022).

2.3 Escrita após pandemia

Em 2020 a pandemia por COVID-19 fez o futuro desaparecer. Quando o medo do contágio tomou conta, quando os corpos começaram a ser encontrados nas casas, nas ruas, quando não cabiam mais nos cemitérios, pareceu que o tempo parou de vez. Enquanto cientistas de vários países agiram colaborativamente para a contenção do vírus, a liderança máxima do Brasil debochava da situação. Passei o ano vendo o mundo pelo quinto andar de um prédio em Brasília e em 2021 iniciei o Mestrado na UFF, inicialmente online.

As trocas de experiências, referências e conceitos possibilitaram seguir em meio ao caos. O percurso no Mestrado impôs a tarefa de escrever de outro jeito, diferente dos registros em prontuários, atas, relatórios, informes, notas técnicas, boletins e artigos. O pavor da exposição ao que parecia ser escrever sozinha é sentido na lombar, no pescoço e ombros, no peito encolhido.

Um grande apoio nessas horas (dias, meses, anos) veio do grupo de orientação e das aulas com estudantes da pós-graduação. Nas discussões coletivas dos textos (em produção e já publicados), nos embates políticos e teóricos com a partilha das experiências de estudantes e professoras (es), nos almoços no bandeirão, nos bares da Cantareira às quintas-feiras, a Quintareira.

Ventanias da Guanabara foi o nome escolhido para o grupo de whatsapp da primeira turma de pós-graduação da orientadora. As críticas às relações mediadas pela internet eram retomadas constantemente com as orientandas, no início três de mestrado e uma de doutorado. O grupo — melhor seria a grupa, conforme a pesquisa sobre a

GSEX de Nathalya Reimol —, foi se formando aos poucos, em meio a dúvidas, discussões, lágrimas e reconhecimento.

As viagens à Niterói/RJ começaram antes do retorno presencial, com a troca de experiências das Crias do Tijolinho da favela da Maré de Kamila Camillo e do encontro interracial de mulheres na clínica de Helena Fialho. Visitar Niterói, São Gonçalo, Rio de Janeiro e até Maricá, permanecendo com os pés nas terras vermelhas de Brasília; retornar à rodovia Dutra, que passa por Guarulhos, depois São Paulo e finalmente desaguar em Santos pela Serra do Mar.

Ao longo do tempo, juntaram-se doutorandas com bagagens recheadas de saberes da gestão, do legislativo, da redução de danos e da rua. Todas trabalhadoras no esforço contínuo de retornar à academia, rearranjando o tempo para conseguir estudar, ler, escrever, compartilhar.

Esta dissertação é fruto desses encontros. O desafio de “enfiar o dedo na ferida” foi aceito, a orientação como laboratório de experimentação de travessias abriu frestas possíveis de escrita, como traz Martins (2015, p. 52):

A arrogância de querer fazer valer um método em detrimento de outro não terá espaço nessa pesquisa. Não se trata de uma disputa moral, mas da explanação de um problema, ou ainda a possibilidade de afirmar uma pesquisa em psicologia que não quer se legitimar como um campo científico, mas que quer ela mesma ser problematizada e poder minimamente entrar nos embates de sentidos. Pode uma pesquisa em psicologia propor um método que não busca ouvir e nem fazer falar? Para quê?

A carta de 1980 de Gloria Anzaldúa traz o poder da escrita para as mulheres de cor, escritoras do terceiro mundo:

Não é no papel que você cria, mas no seu interior, nas vísceras e nos tecidos vivos — chamo isto de escrita orgânica. Um poema funciona para mim não quando diz o que eu quero que diga (...) Ele funciona quando me

surpreende, quando me diz algo que reprimi ou fingi não saber. O significado e o valor da minha escrita é medido pela maneira como me coloco no texto e pelo nível de nudez revelada (2000, p. 234).

Deixar os assuntos iniciados se metamorfosearem alquimicamente em outros, permitir que as palavras se embaralhem nas sensações das lembranças, mantê-las por perto enquanto voltava a trabalhar, lavar louça, tomar café. Me ver como mulher cis branca, como sujeita ativa e passiva de violência, tentando produzir unidade a partir das dissonâncias. Voltar ao batidão do trabalho com a carta de Anzaldúa na cabeça, mexendo nas entranhas. A dúvida persegue: é possível criar também no trabalho?

A “Carta de Nova York – O doente artificial” de Franco Basaglia, publicada em 1969, e as encontradas por Maria Clementina Pereira Cunha em “O espelho do mundo – Juquery, a história de um asilo” de 1986 iniciaram o percurso deste trabalho.

O contato com as músicas, expressões artísticas e culturais vieram como acalanto, desnudando as cicatrizes dos corpos e recursos do território, reafirmando a alegria e potência da resistência.

Viver o melhor da efervescência da Psicologia da UFF, revisitar autores da Filosofia da Diferença, ser convocada para a análise de implicação, o contato com a escrevivência das mulheres negras de Conceição Evaristo e o ápice de ter uma aula online com a própria.

As viagens-narrativas no tempo-espaço como esforço para conectar o que aconteceu no passado e o que sobrou no presente, indo na contramão das forças que tentam apagar as histórias. Ao mesmo tempo, lidar com o susto e desconforto ao saber da parceria desta instituição acadêmica com o hospital psiquiátrico de Niterói, o Jurujuba, que serve como campo de estágio para o corpo discente. Como é possível o Instituto de Psicologia da Universidade Federal Fluminense continuar afirmando um manicômio como espaço de formação?

São Paulo, 2004. Primeira visita da turma de estudantes de psicologia na aula de psicopatologia no hospital psiquiátrico. Combinaram carona para irem juntas, fica ali no

quilômetro 12 da Rodovia Anchieta. O muro toma todo o quarteirão, não dá pra ver o fim. “Todo mundo tem que entrar junto” - a professora avisou antes.

Passam pelo primeiro portão, depois por uma estrutura gradeada e enfim chegam na Administração. Pergunta-se quem são e o que fazem lá. O grupo fala o nome da professora e liberam a entrada. Chegam no pátio que parece um parque cheio de árvores. Avistam pessoas com roupas de cor indefinível. Tudo desbotado, tudo uniforme: o jeito que se movem, os trejeitos, os pedidos, os olhares longe. Uma estudante estremece, sente um zumbido no ouvido, dor na barriga, vontade de vomitar. Lembra dos zumbis nos filmes de terror, os mortos-vivos. Um homem diz que irá levá-las à sala da professora.

Entram no pavilhão, caminham em um labirinto de portas e grades, atravessam uma, passam por um longo corredor, viram de novo. Continuam andando, sem parar agora, devem seguir. Finalmente chegam na sala, alívio. Conversam, se sentam nas carteiras, apoiam seus cadernos, bebem água. A professora ensina que o objetivo da visita é aprender psicopatologia na prática, a partir do contato com os pacientes. Uma turma de outra faculdade escreve cartas para os pacientes, muitos não sabem escrever, precisam de ajuda.

Os ombros da estudante estão pra cima, enrijecidos, os olhos procurando em diferentes lugares, as gotas de suor se formando na nuca e descendo pelas costas. Parece ouvir um murmúrio de longe. Ao saírem do hospital, o boteco-oásis do outro lado da rua, com sua tubaína gelada, alivia a secura na boca.

Recorro à foto-narrativa de Martins (2009) que traz outro olhar a partir da na mesma instituição:

3.4. FOTO 3 – A dança ou a crise: o saber psiquiátrico em questão

Estava muito frio em São Paulo, mas nada era tão frio quanto aquele hospital, localizado distante do centro da cidade que não pára. Talvez o frio e a distância transformassem aquele espaço no único lugar parado daquela capital, num cemitério de vivos. Os corpos, que

davam cor ao cimento cinza do pátio, pareciam ignorar o frio que fazia em São Paulo. Corpos pelados suplicavam aos corpos uniformizados por comida e cigarro.

A demanda geralmente vinha do chão, onde os corpos nus se misturavam ao cimento. Tudo muito frio, inclusive os corpos uniformizados, que se misturavam ao branco encardido das paredes daquele hospital. Lá, muitos estudantes teriam de aprender a ouvir os “doentes mentais” e controlar suas crises, compreender o ser humano e suas moléstias.

A estudante voltava com outras colegas das aulas práticas de psicopatologia, já no terceiro ano da faculdade de psicologia – todas militantes do Movimento Nacional da luta Antimanicomial. Mais do que qualquer outro, aquele dia no hospital havia sido doloroso para ela. Não tanto quanto para a mulher negra e magra que tinha seus pulsos marcados por inúmeras tentativas de “controle da crise”.

A estudante de psicologia observava atônita a mulher negra e magra de nome desconhecido ser contida pelos corpos uniformizados. A mulher negra e magra falava nomes de entidades e girava seu corpo, o que sugeria uma dança para ela. O corpo negro, magro e dançante parecia zombar do grupo uniformizado e a estudante pensava na força que tinha a dança do corpo negro e magro.

Sem que a estudante fosse convidada a sair do papel de espectadora, o corpo da mulher negra, magra, dançante e forte já não valsava mais. O grupo uniformizado havia controlado o corpo possuído, ele já estava comedido e a crise fora cessada.

No carro em que voltavam as estudantes, o som do rádio era ensurdecedor, pois tentavam desesperadamente não

ouvir os barulhos dos corpos que se atritaram no hospital. A música era o único som que se fazia perceptível. (pp. 44-45)

À época, as estudantes da Turma C escreveram uma carta contra a permanência do estágio de psicopatologia no hospital psiquiátrico com nome do psiquiatra francês e professor de Freud. A discussão foi compartilhada tanto em sala de aula quanto com as outras quatro turmas e com a coordenação do curso de Psicologia. O estágio no hospital geral para servidores públicos do estado de São Paulo com enfermaria psiquiátrica que prescrevia eletrochoque nos pacientes também foi denunciado. A parceria instituição formadora com o hospital psiquiátrico acabou no ano seguinte, com o hospital geral durou um pouco mais.

3. Consensos em um Estado militarizado

No momento é preciso dizer o óbvio: hospitais psiquiátricos, prisões e seus híbridos hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico, comunidades terapêuticas, clínicas psiquiátricas, asilos (ou seu nome contemporâneo, Instituições de Longa Permanência para Idosos – ILPI), instituições de medidas socioeducativas com privação de liberdade, entre outras, são locais privilegiados para a prática de tortura, segregação, exclusão e quantas mais violências se conseguir imaginar.

Em relação aos manicômios, em 2019, o Relatório de Inspeção Nacional de Hospitais Psiquiátricos explicitou a urgência da sociedade incidir sobre a realidade vivida por pessoas em sofrimento mental e uso de álcool e outras drogas que permaneciam internadas em 2018: seus direitos são violados *sob o falso manto da saúde* (CFP; CNMP; MNPCT; MPT, 2020, p. 505) ou do cuidado de agentes públicos de saúde em instituições de privação de liberdade que permitem a ocorrência de tortura, penas cruéis, tratamento desumano e degradante.

O lançamento do documento permitiu que diferentes pessoas ligadas à reforma psiquiátrica no Distrito Federal pudessem se reencontrar e ir pela primeira vez ao enorme prédio espelhado do Ministério Público do Trabalho no comecinho da Asa Norte, espécie de bairro em Brasília. Após passar pela identificação, ganhar um adesivo

de visitante, passar nas catracas e pegar o moderno elevador até o andar do auditório, pessoas ligadas aos movimentos sociais, profissionais, usuários, familiares, defensores dos direitos humanos e gestores assistiram à apresentação do relatório de mais de 500 páginas baseado em legislação e normativas nacionais.

O Relatório atesta: há imposição de tratamento em saúde nos manicômios - considerado como dever e não como direito; múltiplas violações de direitos com características de tratamento cruel, desumano e degradante, com exposição às práticas de tortura: alimentação e água potável insuficientes ou de má qualidade; banheiros sem porta; indícios de apropriação indevida de recursos financeiros das pessoas internadas; desconsideração ao consentimento livre e esclarecido tanto para a internação quanto para outras intervenções; violência institucional como isolamento, castigos corporais, uso excessivo de medicação e contenções mecânicas irregulares; impedimento ao direito de usar as próprias roupas e pertences, à livre comunicação com familiares e outros entes; violação da privacidade; exploração da força de trabalho.

As mulheres se encontram em especial situação de vulnerabilidade ao assédio sexual e estupro; crianças e adolescentes são submetidos às mesmas condições de violência que os adultos. Hospitais psiquiátricos inspecionados anteriormente com indicação de descredenciamento pelo SUS continuam recebendo recursos públicos, com aumento do financiamento a partir de 2018 (CFP; CNMP; MNPCT; MPT, 2020).

Após a apresentação da realidade dos manicômios brasileiros foi servido um lanche na mesa finamente posta por copeiras acostumadas a um público de trajes e comportamentos sóbrios e contidos, o que contrastava com os reencontros cheios de abraços, empurrões e filas furadas de pessoas que trabalharam e conviveram juntas em um passado que parecia distante. Em meio a quitutes alocados em vasilhas e copos de vidro, acompanhados de xícaras de café, as pessoas comiam e conversavam sobre o presente: o golpe, a eleição, os desmontes da política de saúde mental, álcool e outras drogas, o relatório como prova e validação dos testemunhos de muitos que lá estiveram.

Por falar em Estado, o contexto atual é de transição de um governo federal fascista declaradamente anticomunista que conseguiu permanecer pelos inteiros 04 anos de mandato para o que chamam de “retomada democrática”. Com a vitória de Luís Inácio Lula da Silva (do Partido dos Trabalhadores), são defendidos como pilares do

novo governo os direitos e interesses da população, o fortalecimento da democracia e a retomada da soberania nacional (CASSELA, V. et al., 2023).

O processo de transição mostra os estragos produzidos entre 2019-2022 na administração pública federal:

A desconstrução institucional, o desmonte do Estado e a desorganização das políticas públicas são fenômenos profundos e generalizados, com impactos em áreas essenciais para a vida das pessoas e os rumos do País. Isso tem tido consequências graves para a saúde, a educação, a preservação ambiental, a geração de emprego e renda, e o combate à pobreza e à fome, entre outras (BRASIL, 2022, p. 07).

A fotografia que a equipe de transição encontrou ao final de 2022 revela: o Brasil voltou ao mapa da fome com mais de 33 milhões de pessoas famintas e mais da metade da população com insegurança alimentar; quase 700 mil mortes por COVID-19, recorde de feminicídios, desmonte da política indigenista brasileira e retrocessos nas políticas de igualdade social, juventude, educação, saúde; assédio institucionalizado e precarização do trabalho no setor público federal; destruição ambiental, desestatização; além de atos legislativos que flexibilizaram a posse e porte de armas de fogo e garimpo em terras indígenas (BRASIL, 2022).

Ao final do primeiro semestre de 2023 o presidente Lula abre o Fórum de São Paulo respondendo aos ataques da extrema-direita fascista à esquerda sul-americana como sendo comunista e não democrática (DA SILVA, L., 2023):

Eles nos tratam como se nós fôssemos terroristas, eles nos acusam de comunistas, achando que nós ficamos ofendidos com isso.

Nós não ficamos ofendidos, nós ficaríamos ofendidos se nos chamassem de nazistas, de neofascistas, de terroristas, mas de comunista, de socialista, nunca. Isso não nos

ofende, isso nos orgulha, muitas vezes e muitas vezes nós sabemos que merecemos esses ataques.

No início de 2024, o mesmo presidente fala em uma entrevista que não vai ficar remoendo o golpe de 1964, que *já faz parte da história (...) vai tocar o país para frente*, (BRASIL DE FATO, 2024).

O pronunciamento conciliatório rasga a pele de quem reivindica o direito à memória, justiça e verdade. Organizada em 2022 com a agenda comum de fortalecer a democracia e promover justiça social, a Coalizão Brasil por Memória, Verdade, Justiça, Reparação e Democracia reúne mais de 150 entidades entre movimentos sociais, organizações da sociedade civil, grupos de pesquisa, coletivos e associações com atuação relacionada ao legado da ditadura empresarial-militar e da permanente violência policial.

Seu manifesto traz a urgência da (re)construção de políticas de transição democrática, que incorporem o reconhecimento e a reparação às violações que marcam a trajetória da história brasileira, como o genocídio do povo indígena, o racismo estrutural e o extermínio da juventude negra e favelada. É explicitado ainda o posicionamento do governo fascista anterior de renúncia ao reconhecimento desse passado, o que aprofunda a militarização do Estado (COALIZÃO, [s.d]).

Sua agenda para 2024 vem como resposta à decisão do governo federal de suspender os atos oficiais dos 60 anos do golpe de 1964 (COALIZÃO, 2024):

Continuamos convencidos de que o silêncio e o esquecimento apenas favorecem a repetição do golpismo e das violações de direitos humanos. É preciso, mais do que nunca, remoer o passado da ditadura, com o intuito de construir e consolidar a democracia no presente e no futuro.

Em 04 de julho de 2024 é recriada a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.

3.1 Entre Idas e vindas: indústria da loucura

Essa rua tem o nome de um rio que a cidade sufocou

A vontade do rio de voltar

Às vezes sacode de algum lugar

Ele dorme até a chuva chegar

Mas a tempestade vem anunciar

E uma enchente lembra a população

Que o que é rua antes era vazão

E uma enchente lembra a população

Que o que é rua antes era vazão

Alô Tapajós, Tamandateí

Minhas Iarinhas andam cantando

Suas ladainhas para mim

Minhas Iarinhas andam cantando

Suas ladainhas para mim

(Luiza Lian, 2018, álbum Azul Moderno, Iarinhas)

São Paulo, 1950. A mulher aguarda na fila para entrar no hospital psiquiátrico na rodovia SP-150. A pele do braço afunda com a pressão da sacola que leva pro tio. Lábios cerrados, testa franzida. Quando liberam a entrada, vê o pátio ensolarado e os verdes das plantas. Os olhos procuram por todos os lados e se demoram em uma figura que caminha lentamente com a cabeça erguida. Pergunta pelo tio uma, duas, três vezes.

Um uniforme azul diz pra ir ao Setor Administrativo. Encontra a sala, a mesinha, cadeiras, arquivos, tudo muito limpo. O uniforme azul fala de uma intercorrência, ela tem que aguardar. Ela veste o casaco na sala gelada. Chega um jaleco branco, seguido por uniformes azuis, e ordena que procurem algo no arquivo. Entregam o papel, que diz que há uma semana, durante o procedimento rotineiro de eletroconvulsoterapia, houve uma intercorrência e o paciente veio a óbito.

O zumbido no ouvido da mulher apita, o corpo treme, olha para as paredes, para os uniformes e jalecos. Ela deve passar no outro Setor para resolver pendências. Enquanto a sacola recheada de blusas, calças, meias, cuecas e a comida do tio pendem no braço, os olhos vidrados miram a parede. O olhar para o nada faz ver além do tempo. Vê o marido da irmã mais nova, açougueiro, morto no hospital psiquiátrico de Itapira/SP, mesmo lugar em que o filho mais velho seria internado décadas depois dela mesma ter ido.

A mulher atravessa três pavilhões imensos, assina a papelada e entrega para a farda cinza. Resolve as pendências, caminha em direção à saída. No ponto de ônibus, descansa o braço largando o peso da sacola. Nota o sangue escorrido, já seco, de um pequeno corte no braço.

Em 1986, a historiadora Maria Clementina Pereira da Cunha publica pesquisa realizada nos arquivos do hospício do Juquery e no levantamento histórico sobre as vertentes da psiquiatria paulista desde o final do século XIX. Esta reforça o caráter disciplinador, higienizador e moralizador da problemática urbana do que antes era uma vila até se transformar na cidade de São Paulo. Sua minuciosa pesquisa aborda desde a história social da loucura e do asilo, passando pelas referências da psiquiatria como a criminologia de Lombroso, o pensamento alienista brasileiro e a teoria da degenerescência, considerando a marginalização dos negros libertos após a abolição da escravidão, a industrialização e imigração massiva (PEREIRA CUNHA, 1986).

O livro desvela a resistência e denúncia dos internos através de relatos de visitas, reportagens e registros nos prontuários:

Cago nas suas artes de curar (...) eu fico com a minha loucura, diz o paciente de 40 anos, branco, funcionário público, internado em 1915 (PEREIRA CUNHA, 1986, p. 101).

Maldição aos carrascos! Bandidos, é o que eles são! Loucos são eles: loucos, loucos e loucos!, brada a interna ao repórter que visita o hospício (PEREIRA CUNHA, 1986, p. 101).

Também os gestos mudos são encontrados nos prontuários:

Negou-se a escrever: 'Não dará ao hospício nem um rabisco seu (...), anota o alienista no prontuário de Maria Rita, lavadeira de 48 anos, internada em 1901. (PEREIRA CUNHA, 1986, p. 103)

Como espelho do mundo, a autora traz o hospício como um espaço dos brancos, já que o silêncio dos milhares de prontuários quase em branco dos negros registram quase telegraficamente somente diagnósticos. As mulheres negras ocupam *a posição de mais radical aniquilamento (...)* são vistas e tratadas pela medicina alienista como *portadoras de uma dupla inferioridade que as torna mais próximas da natureza que da condição humana* (PEREIRA CUNHA, 1986, p. 124).

Os motivos das internações das mulheres perpassa a alegação de distúrbios relacionados ao não cumprimento dos papéis sexuais e sociais previstos à época como ter filhos, casar, viajar, em que *a única subjetividade que lhe é reconhecida é a de viver uma constante doação ou uma constante anulação de si mesma* (CUNHA, *apud* Franca Ongaro Basaglia, p. 144).

Na página 145 do livro, a foto emoldurada em arco mostra uma mulher negra, com os braços cruzados, cabelo preso, de casaco preto, blusa branca por baixo. Olha para a lente, para quem a vê, a boca fechada, o cenho levemente franzido, desafiante, um ar de deboche: *Fotografia de prontuário (1918). Mulher internada por viajar só, vestida como homem* (PEREIRA CUNHA, 1986, p. 145).

Dentre as práticas repressivas contra internos insubmissos no hospício, consideradas práticas médicas terapêuticas, estavam instrumentos coercitivos de tortura como malarioterapia, capacetes de gelo, banhos frios e quentes e também pancadas, no que veio a se chamar “traumaterapia”. Ao mencionar Franco da Rocha como um precursor das modernas terapias de choque, é inserida uma nota de rodapé sobre a “descoberta” do eletrochoque na Itália fascista da década de 30 (PEREIRA CUNHA, 1986, p. 100).

O trecho faz referência ao artigo “A quem serve a psiquiatria?” de Thomas Szasz, que integra a coletânea Crimes de Paz, de 1975. Organizada por Franca Ongaro e Franco Basaglia, recebeu o apoio da Administração Provincial de Trieste inicialmente para analisar a transformação que ocorria no hospital psiquiátrico, mas se transformou

em uma pesquisa sobre o papel do intelectual e do técnico como servidores da opressão¹⁰ (BASAGLIA, ONGARO BASAGLIA et al., 1975).

Com textos dos expoentes Foucault, Castel, Lourau, Chomsky, Laing e Goffman - só para citar os mais famosos - o compilado reúne testemunhos que refletem sobre a função ideologia como instrumento de conservação do sistema social, sobre a ordem social e condição de paz vividas por eles naquela época. É curioso notar que os textos são destinados aos técnicos que se conscientizaram de seu papel como *oficiais do consenso* e que querem saber como esse consenso foi obtido e instrumentalizado pela classe hegemônica em prejuízo à classe oprimida ((BASAGLIA, ONGARO BASAGLIA et al., 1975, p. 01).

Voltando a Szasz, seu texto recorre ao relato do psiquiatra italiano que descobriu o eletrochoque após ver como os porcos eram esfaqueados e sangrados por açougueiros com mais facilidade após entrarem em coma epilético com a aplicação de corrente elétrica, conforme sugestão da Sociedade de Prevenção do Tratamento Cruel de Animais de matar os porcos sem sofrimento.

O psiquiatra começou os testes em porcos e cães, que raramente morriam, o que o convenceu a testar em humanos, instruindo seu assistente a ficar de olho para a seleção de um sujeito adequado. Em abril de 1938, um comissário de polícia de Roma enviou um sujeito ao hospital para ficar em observação, que foi detido na estação ferroviária por perambular pelos trens sem passagem. Foi diagnosticado com esquizofrenia. Quando recebeu a primeira sessão, diz:

De novo não! É terrível! (SZASZ, T. 1975, p. 168).

Szasz traz considerações sobre o honesto relato auto revelativo da descoberta, que diz mais do que o psiquiatra queria dizer: que o primeiro homem em que se testou eletrochoque era um técnico que residia em Milão, preso pela polícia por vadiagem e enviado sem consentimento ao psiquiatra para participar de um experimento. O psiquiatra era professor da Universidade de Roma, foi quem criou junto com outro professor o aparelho de eletrochoque e continuou a trabalhar com eletrochoque até sua morte (SZASZ, T. 1975).

10. O termo em italiano *addetti* pode ser traduzido como funcionários, porém foi escolhida a palavra “servidores”, conforme tradução em espanhol.

Austregésilo Carrano registra em *O Canto dos Malditos*:

O que fizeram comigo foi uma violência. Sentia-me violentado, como se tivessem me currado. Fora violentado. O sol (t)estava fazendo a minha cabeça ficar mais dolorida. Fui ao enfermeiro guardião pedir um comprimido para dor. Sugeri que fosse me deitar no meu quarto. Passei pelo quarto do Rogério, que estava deitado, com o travesseiro cobrindo a cabeça. Deitei como se tivesse caído de um carro a uns 100 km por hora, procurando uma posição que doesse menos. Só saí na hora em que o enfermeiro me chamou para os comprimidos.

Tentei almoçar, mas o cheiro de comida me dava ânsia de vômito. Tentei levantar da mesa e não deu para segurar. Tudo para fora. Devo ter estragado o apetite de alguém. Voltei para o quarto. Tentava dormir, mas as dores no corpo todo não deixavam. Não conseguia posição confortável. Fui ao banheiro — urinar também doía. Lavei o rosto. Levei um susto ao perceber, pelo espelho, que os meus olhos estavam vermelhos. Aproximei o rosto, as veias dos olhos estavam repletas de sangue. Parecia que aqueles fininhos vasos iriam explodir com a quantidade de sangue que ali estava. Maldito choque! Voltei ao quarto. A imagem do nojento Dr. Alô me veio à mente (CARRANO, 2001, p. 91).

O filme *Bicho de Sete Cabeças*, de Laís Bodanzky e estrelado por Rodrigo Santoro, foi baseado nesse livro, que relata a internação de Carrano em hospital psiquiátrico quando tinha 17 anos, em 1974, por fumar maconha. Austregésilo recebeu 21 sessões de eletroconvulsoterapia. Militante do Movimento Nacional da Luta Antimanicomial, ele foi processado pela associação paranaense de psiquiatria e por familiares do psiquiatra por ter registrado o nome do médico e do hospital no livro. Além de ter seus livros recolhidos e censurados por alguns anos, foi negado seu pedido

de indenização por erros médicos e morais. Carrano morreu precocemente, aos 51 anos¹¹.

À época de seu julgamento, o Centro Acadêmico de Psicologia da PUC-SP conseguiu um ônibus - alugado pelo Conselho Regional de Psicologia de SP - para ir até Curitiba manifestar apoio a Carrano. Estudantes de diferentes anos e Carlão, o Carlos Augusto de Oliveira, saíram de madrugada para chegar a tempo. Levaram apitos, cartazes e fizeram um escarcéu em frente ao Fórum. Ao final o julgamento foi adiado, maior decepção. Por outro lado, deu tempo de ir a um bar sugerido por Carrano que vendia as iguarias canelinha e bananinha.

Não tem jeito mesmo (Não tem coração que esqueça)

Não tem dó no peito (Não dá pé, não é direito)

Não tem nem talvez ter feito (Não foi nada)

O que você me fez, desapareça (Eu não fiz nada disso, e
você fez um)

(Bicho de sete cabeças. Renato Rocha, Geraldo Azevedo e
Zé Ramalho, 1985)

Amplamente denunciada como castigo de uso indiscriminado em hospitais psiquiátricos brasileiros, a prática de eletroconvulsoterapia (ECT) é questionada também em sua eficácia terapêutica, o que enfatiza a falta de consenso em sua indicação. Mesmo assim, em 2019 o Ministério da Saúde informa a incorporação de aparelho de ECT na lista de equipamentos a serem financiados pelo Fundo Nacional de Saúde, *para o tratamento de pacientes que apresentam determinados transtornos mentais graves e refratários a outras abordagens terapêuticas* (BRASIL, 2019)¹².

São Paulo, 1974. No auge da ditadura empresarial-militar, enquanto um memorando da agência de inteligência norte-americana (CIA) descrevia que o presidente do Brasil Ernesto Geisel e a *cúpula do governo militar brasileiro (1964-1985) sabia sobre as ações de exceção tomadas contra adversários do regime*, e decidiu *continuar com as execuções sumárias de subversivos perigosos, sob certas condições* (BORGES, R., 2018), chega no Hospício do Juquery um médico pardo de costeletas

11. <https://antimanicomials.wordpress.com/tag/austregesilo-carrano-bueno/>

12. À época, a Coordenação Geral de Saúde Mental, Álcool e Drogas estava sob gestão de psiquiatras paulistas da Associação Brasileira de Psiquiatria.

para ocupar a vaga do posto de saúde localizado em um dos 12 pavilhões do hospital psiquiátrico.

Os recém colegas de trabalho se saúdam, falam sobre o clima, as rotinas e regras do serviço. Ouvem-se risos contidos quando o médico propõe conhecer o local e os internados. Após um burburinho, alguém fala que o Complexo Juqueri tem 600 mil metros quadrados, e não se sabe ao certo, mas na última contagem passou dos 9 mil internos, juntando com o manicômio judiciário. O médico enxuga o óleo da testa com o pano, limpa os óculos, os olhos, respira fundo.

Mais tarde, conhece o responsável do Setor Administrativo que recebe os novos pacientes. O servidor conta sobre as regras de admissão e a sobrecarga de trabalho, não tem um minuto de folga. Enquanto tomam um café, o médico pergunta sobre o registro de quem é admitido, para ter ideia do volume de pacientes que terá que cuidar. O servidor termina o café, fecha a cara e desconversa, tem que voltar ao trabalho.

Em “Política sobre drogas no Brasil: conservadorismo e instituições asilares”, CARNEIRO (2021) apresenta ampla expansão e privatização da saúde durante o período da ditadura militar, em particular dos leitos psiquiátricos. A dificuldade de encontrar informações precisas dessa época é amenizada com referência à evolução do parque manicomial no Brasil entre 1941 e 1978:

Encontramos em Cerqueira (1984, p.47) uma referência para a magnitude de tal processo:

Tabela 1 – Evolução de leitos psiquiátricos no Brasil

Leitos	1941	1978
Oficiais	21.079	22.603
Particulares	3.034	55.670
Total	24.113	78.273

Fonte: Aduino Botelho – Atividades do Serviço Nacional de Doenças Mentais em 1941 e Secretaria de Assistência Médica, 1978. (CARNEIRO, P. 2021, p. 77)

Quando se olha apenas para o Hospital Psiquiátrico Juquery, o número de internos passou de 7.099 em 1957 a 14.438 em 1968 (SÁ, E.N., 1983, *apud* SAKAGUCHI, D.S. MARCOLAN, J. F., 2016). A pesquisa entrevistou ex funcionários da instituição com o objetivo de desvelar a história não oficial da assistência psiquiátrica à época da ditadura empresarial-militar. As falas foram organizadas nas categorias “A violência como sinônimo de cuidado” e “A violência aos presos políticos”, e uma das conclusões é que o Estado deve ser responsabilizado pela repressão através do hospício (SAKAGUCHI, D. S., MARCOLAN, J. F., 2016).

A violência era o principal método de manutenção do poder estatal, onde aqueles que questionavam a autoridade tinham aumento na intensidade da violência que recebiam, demonstrativo ao coletivo do caminho que deveria ser seguido.

Vale trazer dados de 1947 a 1978, ou os de 1957 a 1968, mesmo não batendo exatamente com o período de 1964 a 1985? Uma vez um jornalista perguntou algo referente à ditadura para a avó paterna, Maria Augusta, que respondeu: *Qual ditadura?*

No texto *Os Comunistas* (2024), Cristina Capistrano conta em três páginas a atuação política clandestina de seu pai David desde 1935, quando participa do Levante Comunista de Aviação de Realengo. Em uma história cheia de aventuras, aparece sua fuga do presídio de Ilha Grande, a luta nas Brigadas Internacionais na Batalha do Ebro na Revolução Espanhola, a prisão e libertação do campo de concentração de Gurs e a participação na Resistência Francesa, tudo isso antes de 1942. (CAPISTRANO, C. 2004, p. 78).

De volta ao Brasil foi preso e solto na Anistia de 1945, quando casa com Maria Augusta, militante comunista da Paraíba. Foi eleito deputado estadual pelo Partido Comunista do Brasil em 1947 e depois cassado. Entre 1948 e 1954 - período em que nascem os três filhos David, Cristina e Carolina - ele mora em Sorocaba/SP, depois em Santos com Maria Augusta, onde foi preso novamente. Retornam todos ao Rio de Janeiro, ele vai para a União Soviética por dois anos. Em 1964, David volta a atuar clandestinamente, Maria Augusta e o filho são presos. Em 1972, David se exila em Praga e:

Ainda ilegal, volta dois anos depois, mas é preso na fronteira, em Uruguaiana. A repressão ditatorial não reconhece sua prisão e ele é dado como desaparecido.

Entre 1974 e 1992, Maria Augusta, juntamente com outras vítimas de desaparecidos no período ditatorial, e mesmo após a Anistia de 1979, continua lutando para obter notícias do paradeiro de seu companheiro David.

Em 1992, David Filho recebe a notícia de ter sido eleito Prefeito da cidade de Santos/SP. Neste mesmo dia, um dos torturadores confessa que seu pai foi preso, torturado, morto, esquartejado na Casa da Morte em Petrópolis e teve os restos mortais jogados em um rio. Em 2011, outro torturador afirma que David foi incinerado na Usina de Cambahyba, no município de Campos de Goyatacas(z)es, no Rio de Janeiro, juntamente com outras onze vítimas da ditadura. (CAPISTRANO, C., 2024, p. 79).

Até os 09 anos de idade, uma das netas de David - o Davizão - achava que o avô poderia reaparecer, como em um milagre que ninguém esperava. Afinal, quem está desaparecido, sempre pode ser encontrado.

3.2 Sobre as instituições: Totais, Negada e da Tolerância

Erwin Goffman apresenta em 1961 no livro “Manicômios, prisões e conventos” a discussão sobre **instituições totais** da sociedade ocidental cujo:

caráter total é simbolizado pela barreira à relação social com o mundo externo e por proibições à saída que muitas vezes estão incluídas no esquema físico – por exemplo, portas fechadas, paredes altas, arame farpado, fossos, água, florestas ou pântanos (GOFFMAN, 1961, p. 16).

São enumerados cinco agrupamentos de instituições totais conforme seu público: as que cuidam de pessoas incapazes e inofensivas (casas para cegos, idosos, órfãos...); as que cuidam das incapazes e que são ameaças não intencionais à comunidade, (sanatórios para tuberculosos, leprosários, hospitais psiquiátricos); para proteger a comunidade contra pessoas perigosas (cadeias, prisões, campos de concentração); as que intencionam realizar tarefas e instrumentalizações de trabalho, como quartéis, escolas internas, navios, colônias, grandes mansões; e finalmente as que servem de refúgio do mundo e instrução para religiosos, como mosteiros e conventos.

O aspecto central das instituições totais é que rompem com a separação das esferas da vida de indivíduos da sociedade moderna. Estes realizam todas suas atividades num mesmo lugar, sob a imposição de regras a serem seguidas como a obrigatoriedade de realizarem a mesma sequência de atividades diárias em determinados horários junto a um grande grupo de pessoas. O fato da organização burocrática dessas instituições controlar as necessidades humanas e vigiar para que tudo ocorra nos conformes, sem desobediências, leva à existência de uma divisão entre o grupo dos internados (grupo controlado), e uma pequena equipe dirigente, ou de supervisão.

Destaca-se aqui a restrição à transmissão de informações do grupo dirigente para o grupo de internados, que usualmente não sabe das decisões sobre seu destino (seja sobre seu diagnóstico, tratamento, duração da internação, etc.). Os interesses da instituição se remetem aos interesses da equipe dirigente. Goffman ressalta a instituição total como “híbrido social” entre comunidade residencial e organização formal: *Em nossa sociedade, são as estufas para mudar pessoas; cada uma é um experimento natural sobre o que se pode fazer ao eu* (GOFFMAN 1961, p. 22).

Ao mencionar que nessas instituições os presos e internados não conseguem evitar sua exposição em situações humilhantes aos visitantes, inclui na nota de rodapé que o emprego da técnica da humilhação pública ultrapassa a instituição total *sob a forma de açoites, forcas públicas, pelourinhos e troncos* (GOFFMAN, 1961, p. 32). Ressalta-se que o contrário não é verdadeiro: a humilhação da equipe de dirigente não é permitida na presença de internados.

Em 1968, é publicado o livro “**A instituição negada**”, com documentos, notas, discussões e polêmicas sobre o processo de abertura do hospital psiquiátrico de Gorizia

rumo à sua superação. Franco Basaglia e sua trupe apresentam os hospitais psiquiátricos como uma das **instituições da violência** na qual a sociedade é organizada entre quem tem poder e quem não tem: *A violência e a exclusão estão na base de todas as relações que se estabelecem em nossa sociedade* (BASAGLIA, 1991, p. 101).

Seus técnicos têm o papel de administrar e perpetuar a violência através da tarefa terapêutica-orientadora de “*adaptar os indivíduos à aceitação de sua condição de “objetos de violência”, dando por acabado que a única realidade que lhes cabe é serem objeto de violência se rejeitarem todas as modalidades de adaptação que lhes são oferecidas* (BASAGLIA, 1991, p. 102). Nicácio traz que *a ação técnica, aparentemente de reparação, acaba por confirmar a relação de exclusão e de violência* (NICÁCIO, 2003, p. 103).

Um ano depois, na Carta de Nova York, 1969 - O doente artificial, Basaglia escreve sobre as **instituições da tolerância** após conhecer a “nova” unidade psiquiátrica aberta em um contexto social que mantém os manicômios. Ele explica a complementaridade das instituições da violência – que servem à exclusão de quem causa distúrbio social, mantendo os valores e a sociedade sã – com as instituições da tolerância, que readaptam *cada vez mais vasta gama de “marginais” que esse sistema sócio-econômico continua a produzir* (BASAGLIA, 1991, p. 152).

Um exemplo de instituição da tolerância é a Comunidade Terapêutica, que nasce recusando o manicômio com participação de todos no processo de mudança institucional, mas que permanece cumprindo a mesma função institucional da realidade anterior¹³:

Quer se discutam os problemas do poder; quer se fale do conceito de autoridade; quer se recorra aos princípios democráticos sobre os quais se baseia a nova psiquiatria; quer se denomine a instituição como comunidade terapêutica; quer se defina como social o novo rumo

13. “O Welfare, com o velho sistema assistencial, tenta aliviar a chaga do desemprego, mas ao mesmo tempo enfraquece a força da revolta. Se, depois, a revolta for definida como “doença”, com as instituições destinadas a curá-la, o ciclo estará completo e o sistema ficará protegido de qualquer surpresa, por mais algum tempo. O hospital de luxo para os pobres não é senão a face tolerante do sistema, que inventou um novo meio para sobreviver e um novo objeto a englobar – no mesmo ponto de distância e de objetificação – no ciclo produtivo” –. BASAGLIA (1969, p. 159)

psiquiátrico, só porque ele serve de instrumento de controle a favor do sistema, tudo isso significa simplesmente que um novo verniz foi aplicado sobre um velho jogo, cujas manobras e finalidades já são conhecidas (BASAGLIA, 1991, p. 158).

Brasília, maio de 2019. Acontecia no salão nobre da Câmara dos Deputados a celebração da solenidade de lançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial¹⁴, com a presença de parlamentares, profissionais da saúde, estudantes, usuários, movimento social local e entidades do Distrito Federal. Os discursos intensos e motivadores aqueceram parte dos que presenciavam este evento histórico ao vivo e a cores, inflando de coragem um grupo de cerca 10 pessoas a acompanhar a votação do Projeto de Lei da Câmara nº 37/2013, chamado de “nova política de drogas” que ocorria no mesmo momento, só que no Senado.

Depois de descobrirem onde ocorria a votação, bastou caminharem por salões gigantescos, subirem escadas e deixarem seus pertences – conforme apresentação de documento – no guarda-volumes para chegarem na arquibancada do local. De cima, viam as cabeças dos senadores discutirem sobre a importância da nova lei de drogas para a defesa da família e da sociedade. Ao lado, representantes de comunidades terapêuticas, seus usuários e o representante do governo federal nesta temática sorriam satisfeitos, enquanto a “turma da reforma psiquiátrica” tentava manter o decoro exigido.

Enquanto o projeto era aprovado solenemente, com apenas um voto contrário¹⁵, a tensão e os burburinhos cresciam frente a indignação de presenciar o momento histórico de retrocesso. Em determinado momento, enquanto uma profissional exaltada era convidada pelo segurança legislativo a se retirar do local, ouviu o grito de “vagabunda!” vindo de alguém que prega as palavras de deus como apoio para enfrentar a dependência química.

14. CÂMARA DOS DEPUTADOS. Lançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial. 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/eventos-divulgacao/evento?id=66976>

15. Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2013 (Lei antidrogas). Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/113035>

Como fazer para segurar as lágrimas e a voz embargada em uma sessão solene ou uma audiência pública? Qual corpo é necessário criar para conseguir permanecer no mesmo local de atuação das autoridades, mantendo a cordialidade, o respeito e o controle do tremor das mãos e pernas, do calor ardido que sobe do peito que parece (que) não conseguir esconder o tumtumtum tão forte que parece até que é ouvido por quem está próximo?

A inclusão de Comunidades Terapêuticas como Serviço de Atenção Residencial de Caráter Transitório na Rede de Atenção Psicossocial em 2011 provocou acusações sobre o início da “contra reforma psiquiátrica” ter vindo com a instituição da própria RAPS. Cabe ressaltar que nenhuma Comunidade Terapêutica foi habilitada como serviço de saúde, já que não se enquadravam nos critérios estabelecidos pela Portaria nº 131/2012 do Ministério da Saúde.

A referida normativa foi revogada sem alarde em 2021, pela Portaria GM/MS nº 1.684, de 23 de julho de 2021, que é breve e parece falar em códigos: *Revoga a Seção X do Capítulo III do Título VII, o art. 1.040 e o Anexo XCI da Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017.*

Uma tentativa de explicar esses códigos é a seguinte: em 2017 as Portarias de Consolidação nº 03 e 06 juntaram todas as normativas anteriores da Rede de Atenção Psicossocial - RAPS. A Portaria nº 06 consolidou as normas de financiamento e transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, incluindo a Portaria 131/2012, localizada na Seção X, no artigo 1.040 e no Anexo XCI. A Portaria 1.684/2021 revoga então apenas os incisos que tratam da Portaria 131/2012.

A revogação acende um alerta, quiçá dominado pela paranoia: qual o motivo para a gestão federal da política de saúde mental - àquela época ocupada por representantes da Associação Brasileira de Psiquiatria - revogar uma portaria que trazia os requisitos para repasse de recursos para Comunidades Terapêuticas incluídas pela saúde?

Uma pista é avistada após a transição de governo, com a criação do Departamento de Apoio às Comunidades Terapêuticas, localizado no Ministério do

Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome no terceiro governo do PT.

Já que a paranoia pode aparecer, vale também registrar a dificuldade em encontrar a versão online do documento "Saúde mental no SUS: cuidado em liberdade, defesa de direitos e rede de atenção psicossocial, relatório de gestão 2011-2015", publicado em 2016 pela Coordenação de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas do Ministério da Saúde.

Há mais de três anos pesquiso com diferentes formas de agrupamento as palavras-chave que identificariam o texto nos buscadores virtuais, sem sucesso. A memória embaraça, lembro de ter visto antes no site do Ministério, estava conforme as normas burocráticas de garantia de transparência.

Fernanda Nicácio, em referência a COLUCCI e DI VITTORIO, 2001, fala da complementaridade entre as instituições da violência e da tolerância:

Instituições da violência”, “instituições da tolerância”, complementaridade entre a ação de serviço na comunidade e o hospital psiquiátrico, novas modalidades de controle social. Sem desconsiderar a diversidade de contextos e as problemáticas sociais singulares, podemos dizer que a crítica basagliana colocava em cena questões que, de diferentes formas, permanecem atuais. O que parece fundamental enfatizar é que, nesse percurso, Basaglia interrogava os caminhos de superação do manicômio e duas tendências complementares: a manutenção da presença do manicômio e o risco de reprodução e extensão da lógica manicomial nos novos serviços e na comunidade (NICÁCIO, 2003, p. 142).

As instituições da tolerância como instrumentos de controle permitem a docilização dos corpos como modo de existência que convive com a tortura e com a falta de liberdade. Foucault escreve em 1975 sobre o momento histórico das disciplinas no qual nasce o homem do humanismo moderno fabricado pela coerção disciplinar, cujo

corpo dócil é forjado para ter mais aptidões e estar submetido a maior dominação. Discorre sobre as técnicas da disciplina quanto à distribuição das pessoas no espaço, no controle de suas atividades, da organização das gêneses do tempo disciplinar e da composição das forças sempre utilizando exemplos históricos militares:

É possível que a guerra como estratégia seja a continuação da política. Mas não se deve esquecer que a “política” foi concebida como a continuação senão exata e diretamente da guerra, pelo menos do modelo militar como meio fundamental para prevenir o distúrbio civil. A política, como técnica da paz e da ordem internas, procurou pôr em funcionamento o dispositivo do exército perfeito, da massa disciplinada, da tropa dócil e útil, do regimento no acampamento e nos campos, na manobra e no exercício (FOUCAULT, 1975, p. 193)

Guarulhos, 2012. Uma jovem de 20 anos expressa seu lamento ininterruptamente no quintal de uma casa de um município da região metropolitana de São Paulo. O portão vazado da instituição pode ser aberto e fechado conforme a necessidade, mas ela prefere ficar dentro.

Na cozinha, a equipe de profissionais do CAPS II se reúne para decidir o que fazer com a usuária que vinha chorando sem parar há meses. Tentaram abordagens individuais e coletivas, mudança da medicação, visitas domiciliares, conversas com a família, não sabiam mais o que fazer. Sem consenso, decidem pelo seu encaminhamento às 10 sessões de eletroconvulsoterapia na capital.

Segundo o psiquiatra, é a última intervenção que existe para estes casos, com evidências de sua eficácia conforme pesquisas científicas. Ao final da reunião, a psicóloga ainda sente o corpo fervilhar, mas a quentura não chega aos olhos, que permanecem vidrados mirando longe. A coincidência de ser o mesmo hospital em que nasceu (destinado a servidores públicos), onde fez estágio de psicopatologia na graduação, e que continua aplicando eletrochoque, agora em uma usuária de ‘seu’ serviço, a partir de decisão em reunião de equipe.

Foi só a partir daquele momento que percebeu os cinco anos que se passaram desde o efervescente processo inicial de criação do CAPS. Lembrou de profissionais que saíram, como o psicólogo que decidiu trabalhar com economia solidária e cultura na Loucos pela X¹⁶; da enfermeira da tarde que foi para o governo federal para a implementação da Rede de Atenção Psicossocial - RAPS; da maior parte das (o) auxiliares de enfermagem que começou a faculdade; do terapeuta ocupacional e do estudante de farmácia que tocavam o Samba na Tenda, da Rádio Imprevisível e o grupo de cinema, da potência da chegada das terapeutas ocupacionais e da psicóloga brasiliense.

Reviu usuárias/os que morreram nesse percurso - sempre tão jovens -, quem passou e quem ficou no serviço, suas pequenas e gigantescas conquistas. A psicóloga decidiu tomar seu caminho rumo a novas experiências.

3.3. Brasília

Brasília uma ilha
cercada de quebradas
Político chega quarta, quinta bate em retirada
Você tem que entende, oh!
Cidade não tem nada a ver
De fora a maioria vem, só uma minoria vê
Baixa umidade, falta humanidade
O eleitor mandou pra cá o pior da sua cidade
Depois reclama, Brasília leva a fama
Se a capital é um rio, o País é um mar lama
(...)
Brasília, Brasília, Brasília

16. Para saber mais, ver: RAMALHO, Simone Aparecida. Uma alegria subversiva: O que se aprende em uma escola de samba?. 2010. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-30072010-145438/publico/ramalho_do.pdf e em <https://www.youtube.com/watch?v=2xKVsoOqZWI>

Ein? Cê quer o quê?
O povo que saber
Eu amo essa cidade
Mas não dá pra esconder a nossa realidade
As satélites cresceram, sozinhas, malcriadas
Ah senão fosse o povo das quebradas
Levantando cedo, enfrentando medo
A passagem cara, o ferro na cara
Frio, sol e chuva nas paradas
E outras armadilhas montadas.
(60 anos em 5, GOG, 2020)

Brasília é o único município do Distrito Federal, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. A cidade modelo arquitetada por um comunista e ocupada por militares chega aos 60 anos de construção no início da pandemia por COVID-19. Palco dos três grandes poderes nacionais, sua geografia ora parece um avião, se considerar só o Plano Piloto, ora um quadradinho no meio do estado de Goiás, levando em conta suas mais de 30 Regiões Administrativas. Brasília abriga mais de 03 milhões de habitantes e tem o maior produto interno bruto per capita das capitais brasileiras, segundo a Wikipedia¹⁷.

Quem consegue morar no Distrito Federal por mais de 04 anos percebe a mudança local a partir do perfil do funcionalismo público federal. A cada nova eleição uma leva de pessoas (concurados ou não) invade o Plano Piloto, enquanto os que lá estavam antes migram. Muda o público dos bares e restaurantes, o aluguel dos imóveis aumenta, a gentrificação obriga as pessoas menos abastadas a se mudarem para Regiões Administrativas mais distantes do centro.

Brasília, abril de 2023. O auditório do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania fica no subsolo, precisa passar pela catraca, virar à direita, seguir no corredor

17. <https://pt.wikipedia.org/wiki/Brasília>

e pegar uma escadinha à esquerda. As garrafas de café em cima da mesa montada na antessala ajudam nas primeiras interações de quem não se encontra há anos. A solenidade da reativação da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos vai atrasar, precisa aguardar a chegada do ministro dos Direitos Humanos e Cidadania. Pessoas vestindo camisetas com estampas de seus familiares se abraçam e compartilham notícias.

O homem de cabelo comprido preso, magro, de olhos vibrantes, acolhe quem chega com seu sotaque carioca, parece conhecer todo mundo. Fala sobre a carta que o grupo escreveu, reivindicando atenção aos traumas e consequências transgeracionais de filhos e netos de mortos e desaparecidos pelo Estado. Só faltava conseguir um envelope para entregar a carta ao ministro.

Uma familiar que estava sozinha tenta ajudar a resolver o impasse, recorrendo às memórias para localizar uma papelaria na Esplanada dos Ministérios. Lembrou dos restaurantes com subsídios federais, dos bancos e ambulantes, mas nada de papelarias. Frente ao desespero de não conseguir proteger o documento, recorreu à servidora que organizava o evento.

Após escuta atenta da demanda, a funcionária pública sorriu e em poucos instantes surgiu com um grande envelope branco. Comemorando o problema resolvido, o cabeludo elogia a “cara de pau” da neta que pediu ajuda, que responde com um sorriso amarelo. Ela estranhou o comentário, não sabia que precisava ser cara de pau pra pedir material de escritório em uma repartição pública de políticas de direitos humanos.

A letra que acelera seu batimento cardíaco
A sede de justiça, o ladrão que não deixa pista
Aquele que chega e aterroriza
Nesse momento eu sou o constrangimento
Eu sou o detento mendigo ao relento ram!
Eu sou o júri o réu o julgamento
A absolvição o fim do seu tormento
Ladrão eu sou o povo então posso ser o que quero
O verme que corrói a madame no cemitério até o osso
Trabalhador sem nenhum real no bolso

Louco normal revolução mental é o terror

Linha de frente eu sou o rap nacional

(É o terror! Gog, 2000).

A partir de 2018, a transição da população flutuante de Brasília ficou mais explícita pelo aumento de pessoas usando uniformes militares ou policiais nas ruas e de pessoas e famílias que se instalaram em barracas nas quadras residenciais do plano piloto. Conforme estudo Perfil da População em Situação de Rua no Distrito Federal, mais de 1/3 das quase 3 mil pessoas que moravam nas ruas do Distrito Federal em fevereiro de 2022 chegaram durante a pandemia por COVID-19. 71,1% das pessoas em situação de rua encontradas se declararam negras (50,4% pretas e 20,7% pardas) e 11,6% indígenas, sobretudo pessoas venezuelanas, e 14,7% se autodeclararam brancas (CODEPLAN, 2022).

Dentre os relatos de doenças mais comuns estão “depressão e transtornos mentais (37,7%), problemas de saúde bucal (35,7%) e dores crônicas (28,7%)” (CODEPLAN, 2022, p. 48), 72,9% utilizaram álcool, cigarros ou outras drogas antes de estar em situação de rua, sendo o uso de álcool o mais frequente (78,9%), e 69% mantiveram o uso de algumas dessas substâncias, com maior frequência do cigarro (72,3%), o que não atrapalhava as atividades diárias de 60,3% dessas pessoas.

64% das pessoas em situação de rua no DF passaram por perda de documento ou objeto pessoal, 60,7% foram roubadas, 53,5% detidas, 47,9% sofreram violência física ou psicológica e 47,9% foram internadas sob efeito de alguma substância. Dentre as documentações civis básicas, 75% possuíam Cadastro de Pessoa Física (CPF), 73,4% tinham carteira de identidade ou RG, 50,6% carteira de trabalho, 62,4% certidão de nascimento e 56,4% cartão do Sistema Único de Saúde, enquanto apenas 43,7% possuíam título de eleitor.

Apesar de 35,7% das pessoas terem aparelho celular, 49,3% não tinham acesso à internet. Em relação à segurança alimentar e acesso à água e banheiro, 41,3% relataram ficar sem comer por pelo menos 24 horas na semana de realização da pesquisa e o Centro Pop¹⁸ foi o equipamento público mais citado para acesso ao banheiro.

18. O Centro de Referência especializado para atendimento da população em situação de rua está previsto no Decreto nº 7.053 de 23/12/2009, sendo do âmbito da proteção social especial do Sistema Único de Assistência Social.

O colonialismo, portanto, dá ao mundo um novo modelo de administração, que não se ampara no equilíbrio entre a vida e a morte, entre o “fazer viver e o deixar morrer”; o colonialismo não mais tem como base a decisão sobre a vida e a morte, mas tão somente o exercício da morte, sobre as formas de ceifar a vida ou de colocá-la em permanente contato com a morte. Não se trata somente do biopoder e nem da biopolítica quando se fala da experiência do colonialismo e do apartheid, mas daquilo que Achille Mbembe chama de **necropoder** e **necropolítica**, em que guerra, política, homicídio e suicídio tornam-se indistinguíveis. O salto teórico de Mbembe na análise sobre a soberania acontece quando relaciona a noção de biopoder aos conceitos **de estado de exceção e estado de sítio**

(...)

Foi com o colonialismo que o mundo aprendeu a utilidade de práticas como “a seleção de raças, a proibição de casamentos mistos, a esterilização forçada e até mesmo o extermínio dos povos vencidos foram inicialmente testados” (ALMEIDA, S. 2019, p. 72-73)²¹

A naturalização de populações inteiras submetidas à violência extra é explicitada pelo genocídio de jovens negros, pelas “balas perdidas” que atingem crianças, pela falta de saneamento básico, sistemas de saúde ou educação, por viver sob a mira do fuzil, ter a casa invadida à noite e ter que conviver com o desaparecimento de amigos e familiares (ALMEIDA, S., 2019).

O autor resgata a análise de Marielle Franco sobre a política de pacificação das favelas do Rio de Janeiro com as Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), que institucionalizou no território das favelas a ocupação da polícia militarizada e a mercantilização.

21. O texto utilizado é o que se encontra online, já que a versão impressa do livro encontra-se esgotada, tornou-se uma raridade.

Ou seja, a continuidade de uma lógica racista de ocupação dos presídios por negros e pobres, adicionada do elemento de descartar uma parte da população ao direito da cidade, continua marcando a segurança pública com o advento das UPPs. Elementos esses que são centrais para a relação entre Estado Penal e a polícia de segurança em curso no Rio de Janeiro (ALMEIDA, S., 2019, p. 78-79).

Não acabou,

Tem que acabar,

Eu quero o fim da polícia militar!

Voltando a Brasília, as notícias denunciam que o governo do Distrito Federal despeja catadores de recicláveis, horas antes de um temporal e de liberar áreas ocupadas por povos indígenas para o mercado imobiliário no Setor Noroeste; apreende os objetos pessoais e aborda de forma violenta as pessoas em situação de rua, arranca os bebês de mulheres em situação de rua logo após o parto, no Setor Comercial Sul²².

Ao olhar para fora dos muros dos manicômios, várias outras instituições aparecem. Dentre elas, as prisões são a expressão mais dramática da necropolítica no Brasil. O site DF Sem Tortura - <https://dfsemtortura.org> - mostra uma parte do panorama das denúncias de tortura e violações de direitos nas prisões no Distrito Federal, seja contra as pessoas presas, suas familiares e visitantes. O horror dos relatos causa sentimento de impotência que às vezes paralisa.

A visita da psiquiatra e escritora palestina Samah Jabr a Brasília, que lançou em 2024 em Belo Horizonte, Brasília e São Paulo seu livro “Sumud em tempos de genocídio”, traz no artigo “Defendendo a dignidade humana: o fortalecimento da documentação de experiências de tortura na Palestina Ocupada” o contexto de opressão

22. Notícias: 1) <https://www.brasildefatodf.com.br/2024/02/10/catadores-de-reciclaveis-alvo-de-despejo-pelo-gdf-ficam-desabrigados-horas-antes-de-temporal>; 2) <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2021/agosto/df-e-condenado-a-indenizar-moradores-em-situacao-de-rua-que-tiveram-material-apreendido-no-setor-comercial-sul>; 3) <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2022/fevereiro/populacao-de-rua-df-deve-pagar-multa-por-abordagem-policial-desumana-e-desnecessaria>; 4) <https://www.brasildefatodf.com.br/2023/02/14/audiencia-publica-debate-invisibilidade-das-mulheres-em-situacao-rua-no-df>; 5) <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/df-indigenas-lutam-por-permanencia-e-reconhecimento-de-santuاريو-e-territorio-tradicional/>;

que a população palestina sofre há mais de 50 anos com detenções arbitrárias de cerca de 800 mil pessoas nos centros de detenção israelenses. Nesses locais, são submetidas a

abusos físicos e psicológicos brutais, que se enquadram nos rigorosos critérios de tortura estabelecidos pelas Nações Unidas. Os elementos-chave da tortura são a imposição intencional de sofrimento físico ou mental grave por um funcionário público, direta ou indiretamente envolvido, para atingir um objetivo específico. O aumento recente de incidentes de tortura, sobretudo desde 7 de outubro de 2023, serve como um forte lembrete da necessidade urgente de documentar essas atrocidades e responsabilizar os perpetradores perante os olhos da comunidade internacional. (JABR, S., 2024, p. 85)

Na conclusão do artigo, a autora apresenta o papel dos profissionais de saúde nesse contexto:

Ao dotar os profissionais de saúde com as competências e os recursos necessários, é possível capacitar os sobreviventes de tortura para recuperarem a autonomia sobre suas narrativas, amplificando suas vozes na busca de responsabilização e reparação. Ao mesmo tempo que nos esforçamos para combater a tortura e defender os direitos das vítimas, sejamos solidários com os sobreviventes, testemunhando sua dor e defendendo incansavelmente um futuro livre de opressão e impunidade”. (JABR, S., 2024, p. 87)

Enquanto se percorre Brasília de carro, com as janelas fechadas, dá quase para esquecer tudo isso. No trânsito intenso para pegar a Ponte JK, que liga o Jardim Botânico ao Plano Piloto, a rádio Cultura noticia a descoberta que durante o governo Bolsonaro várias pessoas cadastradas para usar armas tinham sido condenadas por crimes ou estão mortas, o que torna difícil o processo de reaver o arsenal. Em pleno

2024, outra notícia é que o exército brasileiro fechou um contrato de 1 bilhão de reais com empresa de uma das maiores fabricantes de armas e sistemas militares de Israel²³.

O trânsito lento que atrapalha a urgência para chegar na instituição lembra a avenida Tietê de São Paulo, ou a Dutra que liga São Paulo ao Rio de Janeiro, passando por Guarulhos. Pedestres não têm muita vez nas grandes vias de Brasília, as calçadas se escondem, quando existem. No Plano Piloto a situação é outra, policiais fazem a ronda nas quadras comerciais e residenciais, dá até pra encontrar um General Heleno tomando cafezinho na quadra arborizada da Asa Norte.

3.4 Saúde mental

Há 46 anos o Distrito Federal abriga um hospital psiquiátrico²⁴ e há 30 recebeu mais de 20 pessoas que passaram pelo processo de transinstitucionalização da Clínica de Repouso do Planalto, em Goiás, para esquecê-las em uma “casa de passagem” do Distrito Federal²⁵.

Há ainda uma Ala de Tratamento Psiquiátrico na Penitenciária Feminina – “a Colmeia” e mais de uma dezena, no mínimo, de Comunidades Terapêuticas registradas no Conselho de Política sobre Drogas - CONEN/DF. No artigo Comunidades Terapêuticas no Distrito Federal: “controle” social e saqueio do fundo público”, Pedro Costa revela que entre 2012 e 2021 houve aumento de 364% no número de vagas financiadas, além de 694% de aumento no valor de verbas liquidadas (COSTA, 2023).

Fruto do esforço e articulação política e afetiva do Movimento Pró-Saúde Mental (FERRARI, A. F. A., 2021), desde 1995 o DF possui a Lei Distrital nº 975, que traz em

23. BRASIL DE FATO. Exército brasileiro fecha contrato de R\$ 1 bilhão com empresa que lucra com massacre em Gaza. 30 de abril de 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/04/30/exercito-brasileiro-fecha-contrato-de-r-1-bilhao-com-empresa-que-lucra-com-massacre-em-gaza#:~:text=A%20compra%20dos%20armamentos%20deve,de%20muni%C3%A7%C3%A3o%20e%20suporte%20log%C3%ADstico>.

24. BRASIL. Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT). Relatório de Inspeção no Hospital São Vicente de Paulo – DF. 2018. 47p. Disponível em: <https://mnpctbrasil.files.wordpress.com/2019/09/missohspvdf.pdf>

25. AGÊNCIA CEUB. Saúde mental: clínica extinta há 15 anos no DF foi denunciada por graves violações, mas ninguém foi punido. Reportagem publicada em 06/01/2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.uniceub.br/saude/saude-mental-clinica-extinta-ha-15-anos-no-df-foi-denunciada-por-graves-violacoes-mas-ninguem-foi-punido/>

seu Artigo 3º, § 2º: *Os leitos psiquiátricos em hospitais e clínicas especializados deverão ser extintos num prazo de 4 (quatro) anos a contar da publicação desta Lei* (DISTRITO FEDERAL, 1995). Em 2023 é instituída a Comissão de Desinstitucionalização em Saúde Mental pela Secretaria de Saúde do DF (DISTRITO FEDERAL, 2023).

Desde 2023 uma placa no setor de embaixadas da Asa Sul tem o pixo: *O PT drogou o alckmin. LSD.*

O Plano de Ação Integral sobre saúde mental 2013-2020 da Organização Mundial da Saúde orienta que a atenção em saúde mental deve ser prestada em serviços comunitários, em substituição aos hospitais psiquiátricos. Defende a garantia de direitos humanos das pessoas com transtornos mentais e informa que há déficit global de investimentos em saúde mental²⁶.

Entre os consensos difundidos pelos países membros da Organização Mundial da Saúde – OMS e seu braço nas Américas, a Organização Pan-Americana de Saúde – OPAS, está o alerta sobre os transtornos por uso de drogas serem um dos 10 principais contribuintes para as causas de morte prematuras e incapacidade nas Américas entre 2000 e 2019²⁷. Focando no Brasil, estudo epidemiológico de 2017 citado por 64 documentos acadêmicos apresenta a alta prevalência de transtornos mentais e dos decorrentes do uso de substâncias psicoativas no Brasil entre 1990 e 2015 e seu impacto no custo social e econômico, configurando-se como grave problema de saúde pública (BONADIMAN, C. S. C. et al., 2017).

As informações baseadas na métrica Carga Global de Doença, em que são considerados os Anos vividos com incapacidade e os Anos de vida perdidos ajustados por incapacidade (DALY), são muito utilizadas pela Organização Mundial da Saúde para justificar, entre outras coisas, a necessidade de financiamento de programas e políticas relacionadas à saúde mental. O motivo é que entre as dez principais doenças

26. Plan de acción integral sobre salud mental 2013-2020. Disponível em: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/97488/9789243506029_spa.pdf;jsessionid=43FC8F4F6D781F36C28EFB8F3DBA3915?sequence=1

27. OPAS. OMS revela principais causas de morte e incapacidade em todo o mundo entre 2000 e 2019. 09 Dez 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/9-12-2020-oms-revela-principais-causas-morte-e-incapacidade-em-todo-mundo-entre-2000-e>

que causam perda de anos vividos por incapacidade no mundo, cinco são ocupadas por transtornos mentais e relacionados ao uso de álcool.

Para o Brasil, observou-se alta carga para os transtornos mentais e elevados Anos Vividos com Incapacidade, sendo em 2015 responsáveis por 9,5% do total de Anos de Vida Perdidos por Incapacidade, principalmente transtornos depressivos e ansiedade, que acometem mais mulheres. Destacam-se os transtornos de ansiedade com a maior taxa mundial de Anos Perdidos e Vividos com Incapacidade no Brasil, cujas explicações para sua alta prevalência são *violência urbana generalizada; condições socioeconômicas adversas; poluição; alto nível de ruído; a falta de áreas de lazer nas cidades brasileiras* (BONADIMAN, C. S. C. et al., 2017).

O maior aumento das taxas de DALY foi de transtornos decorrentes do uso de drogas, de 37,1%, principalmente em homens jovens, com destaque para o consumo de crack-cocaína a partir de estudo de Abdalla et al. (2014), o que sugere *que o país está entre as nações com maiores taxas de consumo anual, sendo um dos maiores mercados consumidores de cocaína no mundo* (Abdalla et al, 2014, apud BODANIMAN, C. S. C. et al., 2017)

Ao levar a sério essas informações, pode-se considerar o Brasil como um dos melhores mercados para a indústria farmacêutica de psicotrópicos, cuja prescrição é atribuída a psiquiatras que fazem parte da categoria profissional do Conselho Federal de Medicina, que defendeu o uso de remédio para verme para tratar COVID-19.

4. Territórios de resistência

Há mais de 30 anos do lançamento do lema “Por uma sociedade sem manicômios” que denunciava a situação de horror do parque manicomial no Brasil durante a luta pela democratização, com a Constituição de 1988 e a conquista do Sistema Único de Saúde, vem acontecendo a Reforma Psiquiátrica brasileira com a conquista de legislação nacional e implementação de políticas públicas que buscam substituir o modelo centrado em hospitais psiquiátricos para a atenção em serviços comunitários no território.

Desde a década de 90 do século XX, quando havia cerca de 90 mil leitos em hospitais psiquiátricos (BORGES; BATISTA, 2008) até 2019 foram fechados mais de 75 mil leitos (DESINSTITUTE, WEBER, 2021) no Brasil, com experiências diversificadas de desinstitucionalização de hospitais psiquiátricos a partir de gestões municipais, estaduais, federais, em parceria ou apesar do sistema de justiça local, junto a movimentos sociais, profissionais da saúde e comunidade.

A redução programada de hospitais de grande porte contabilizou a diminuição de 37.464 leitos em hospitais psiquiátricos entre 2002 e 2020, principalmente de 2002 (51.393) a 2016 (19.624). Em 2020 permaneciam quase 14 mil leitos em hospitais psiquiátricos do SUS no Brasil (DESINSTITUTE, WEBER, 2021). Em 2011 havia 23 Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico – HCTP e 03 Alas de Tratamento Psiquiátrico em complexos penitenciários contabilizados pelo Censo de 2011 (DINIZ, 2013, *apud* DESINSTITUTE, 2023), com quase 4 mil pessoas, em sua maioria homens. A conquista da instituição da Política Antimanicomial do Poder Judiciário pela Resolução nº 487/2023 do Conselho Nacional de Justiça tem movimentado Tribunais de Justiça, Defensorias Públicas e Ministérios Públicos para o fechamento dos HCTP no Brasil.

A publicação Desinstitucionalização – Da saúde do manicômio à vida na cidade: estratégias de gestão e de cuidado, apresenta subsídios para propiciar e continuar processos de desinstitucionalização na prática a partir de acúmulo técnico, legal e conceitual. Ressalta que a Reforma Psiquiátrica ocorre principalmente a partir dos municípios brasileiros e envolve diferentes atores, listando as principais ferramentas e instrumentos construídos pelo Estado brasileiro nesse processo (DESINSTITUTE, 2023).

O documento retoma a Portaria nº 2.850 de 2014, que cria o Programa de Desinstitucionalização para financiamento de equipes de desinstitucionalização com *prerrogativas técnicas, políticas e formato de financiamento que norteiam o desenvolvimento do cuidado, do projeto de reabilitação psicossocial e dos processos de gestão no âmbito da desinstitucionalização* (DESINSTITUTE, 2013, p. 28). A portaria do Ministério da Saúde não foi regulamentada nem implementada e mesmo assim foi revogada em março de 2022.

A Reforma Psiquiátrica, que era defendida como política de Estado (e não de governo) desde 2001, foi rechaçada em 2015 com o golpe, que chegou antes na saúde mental do Ministério da Saúde.

PEREIRA (2020), ao analisar as mulheres como sujeitos políticos que constroem a Reforma Psiquiátrica Brasileira a partir de suas experiências e das relações interseccionalizadas por gênero, raça e classe, apresenta em suas narrativas de resistência:

Se, em um plano, o “18 de maio” representa o principal ponto de convergência entre os movimentos antimanicomiais brasileiros, no que tange a apresentação das lutas, podemos dizer que, no contexto da Reforma Psiquiátrica Brasileira contemporânea, nenhum outro evento recente reuniu tantos atores e forças quanto as mobilizações ocorridas no final do ano de 2015 até meados de 2016, conhecidas como “Fora Valencius” (PEREIRA, M., 2020, p. 133).

A autora contextualiza a negociação dos ministérios pelo PT, que levou Marcelo Castro do PMDB à coordenação do Ministério da Saúde, e em seguida Valencius Wurch - ex-diretor da Casa de Saúde Doutor Eiras de Paracambi à época em que foi denunciada por tortura e maus tratos -, ocupou a coordenação de saúde mental. Mesmo antes de sua nomeação, movimentos sociais e entidades dos estados se organizaram no “Abraça RAPS”, já que os serviços estavam em risco, e:

Em outras cidades, como no Rio de Janeiro, os atos enfatizaram pautas que também aproximavam os retrocessos e impasses já presentes nas políticas de saúde mental daquele momento.

O grande evento dessas mobilizações pode ser entendido como a ocupação da sala da Coordenação Nacional de Saúde Mental, álcool e outras drogas, no prédio do Ministério da Saúde, em 15 de dezembro de 2015,

conhecida como “Ocupação Valente” (PEREIRA, M., 2020, p. 134).

A Ocupante Anônima conta o final da ocupação:

No último dia, a gente tava cozinhando, né? Quando a Polícia Federal chegou, a gente tava fazendo coisas e a gente tava querendo muito fazer a última refeição lá, sabe? (...) Era o último arroz” (risos). O cheiro daquela sala eu nunca mais vou me esquecer: assim, a fritura, cheiro de gordura, misturada com papel, sei lá o que era, assim, de repartição pública, assim, aquele cheiro muito... Muito peculiar (...). (PEREIRA, M., 2020, p. 136)

O Relatório de Gestão 2011-2015 foi o registro possível durante o trabalho em uma repartição pública ocupada por quatro meses. O momento da chegada: primeiro a sala 13 abarrotada de gente, depois as duas salas do subsolo - nomeadas de Pré-sal e Aquário - onde a equipe da Coordenação Geral de Saúde Mental, Álcool e Drogas - CGMAD se dividia. A saída das salas, com a permissão de levar itens pessoais e a reorganização do trabalho em baias de outras coordenações. Os olhares e comentários de servidores de outras coordenações e departamentos, as reclamações das músicas da Rádio Valente na sala 13, que atrapalhavam a concentração para produzir memorandos, ofícios, subsídios. A atuação do gestor nos raros momentos em que se reunia com a equipe, a expressão aterrorizada ao ver a quantidade de grupos que manifestavam apoio à ocupação, do lado de fora.

Trabalhar com esse gestor foi fichinha, considerando os que chegaram depois: em 2020 foi divulgado documento orientador da política de saúde mental elaborado por entidades **majoritariamente médico-conservadoras** com a proposta de revisar a Rede de Atenção Psicossocial, que teria como premissa a *desvalorização do saber psiquiátrico e a redução do papel do psiquiatra*²⁸. O artigo da psicóloga e da terapeuta ocupacional faz a defesa da atenção psicossocial, que:

28. OUTRAS PALAVRAS. Histórias e razões por trás do desmonte da saúde mental. Publicado em 11/12/2020. Disponível em: <https://outraspalavras.net/crise-brasileira/historia-e-razoes-por-tras-do-desmonte-da-saude-mental/>

propõe processos de trabalho de caráter interdisciplinar e coloca que a integração de diferentes categorias profissionais pode ser efetiva. Isso não significa a desvalorização de saberes e sim, um deslocamento e implicação de todas as categorias profissionais. Como parte do SUS, a saúde mental é fundamentalmente um campo de atuação multiprofissional. E para além da armadilha dos *especialismos*, deve-se valorizar o saber do próprio sujeito que sofre, de tal forma que ele seja protagonista do seu cuidado.²⁹

Não é de hoje o posicionamento conservador da Associação Brasileira de Psiquiatria e organizações similares que defendem a manutenção de seu poder como categoria profissional que anseia o controle dos corpos a partir de suas concepções morais. Mesmo que esperneiem, dificilmente conseguirão conter as mudanças que há tempos ocorrem.

Um exemplo disso ocorreu em julho de 2006, quando a Corte Interamericana de Direitos Humanos condenou pela primeira vez o Estado brasileiro pela morte violenta de Damião Ximenes em uma clínica psiquiátrica conveniada com o Sistema Único de Saúde – SUS. Como reparação, foi determinado o pagamento de indenização aos familiares e formação e capacitação de profissionais que atuam na área de saúde mental.

Apesar da vitória, os desafios permanecem. Em artigo da advogada Renata Lira, que defendeu o caso, e do psicólogo doutorando Rafael Dias (LIRA, R., DIAS, R., 2010), é explicitado:

Evidentemente, não se pode negar os avanços na área da saúde mental, contudo, há que se ressaltar a importância da celeridade na implementação das políticas públicas. É preocupante a convivência dos serviços substitutivos com os hospitais psiquiátricos de característica asilar, que, sem fiscalização, continuam a promover violações sistemáticas

29. IDEM

dos direitos humanos, numa repetição trágica dos fatos
ocorridos com Damião Ximenes.

Juçara Marçal canta:

Dá neles, Damião!
Dá sem dó nem piedade
E agradece a bondade e o cuidado
De quem te matou

Dá neles, Damião!
E devolve o hematoma.
Bate mesmo, até o coma
Que essa raiva, passa nunca, não

Sangue e suor pelo vão.
Sentir mais a dor, vingar
Ver respingar o pavor
Quem bateu, levar

Dá neles, Damião!
Mesmo que peçam clemência
Faz que é tua essa demência
Faz pesar a consciência do plantão

Dá neles, Damião!
Mira no meio da cara
Dá com pé, com pau, com vara
Bate até virar a cara da nação

Sangue e suor pelo vão
Sentir mais a dor, vingar
Ver respingar o pavor
Quem bateu, levar

Dá neles, Damião!
Bate até cansar e quando cansar
Me chama

(Damião. Juçara Marçal , 2014)

4.1 Instituições inventadas

As pessoas que caminham
Seja lá pra onde for
É uma gente que é tão minha
Que eu vou, que eu vou

(Gente Aberta, Erasmo Carlos, 1971)

A negação da instituição da violência em sua radicalidade leva ao próximo ponto, o da desinstitucionalização. O marco da experiência de Trieste como concretização da superação do manicômio, com a consequente proibição legal na Itália de abertura de novas instituições ao final da década de 70 foi contagiante. Da vinda de Basaglia ao Brasil em 1979 surgem os registros das conferências brasileiras (em italiano), ou do título em português: *Psiquiatria alternativa: contra o pessimismo da razão, o otimismo da prática*. A experiência do democrata radical Mario Tommasini em Parma, na Itália, entre 1965 e 1983, concretizou diversos programas locais que impactaram a realidade institucional existente, com a ruptura da cultura da segregação a partir da *luta por uma maneira de encarar a doença, a debilidade, a deficiência, o desvio, a toxicodependência que não passe pela expropriação e consequente anulação do assistido* (ONGARO BASAGLIA, F., 1990, p. XXIV).

Ongaro Basaglia retoma a mudança cultural dos anos 70 que trouxe a nova compreensão sobre tutela como emancipação e não repressão: *emancipação no sentido de que a pessoa, quanto mais necessitada de proteção, tanto mais deve ser colocada em condição de viver positivamente a própria “minoridade”, para conquistar ou recuperar autonomia e responsabilidade* (ONGARO BASAGLIA, F., 1990, p. XXVII).

Ela pontua a falta de coragem para a implantação de reformas psiquiátricas, sanitárias e carcerárias dissonantes à cultura dominante, para promover mudanças além dos serviços. Franca profetiza a tarefa que perdura há mais de trinta anos, entre idas e vindas:

Encontramo-nos a trabalhar sobre um terreno para o qual a velha cultura, da qual ainda estamos impregnados, pouco serve; e a nova só pode surgir da transformação da realidade social e dos relacionamentos, do emergir das necessidades, do nascer de uma nova solidariedade capaz de dar respostas, do confronto da disciplina e dos profissionais com a realidade que se transforma e com os novos direitos que expressa (ONGARO BASAGLIA, F., 1990, p. XXVII).

Ainda em 1990, foi publicado pela mesma editora o livro Desinstitucionalização, agora com outro Franco, o Rotelli, além de Ota de Leonardis, Diana Mauri e C. de Risio. Em *A Instituição Inventada*, se afirma: *a instituição que colocamos em questão nos últimos vinte anos não foi o manicômio, mas a loucura* (ROTELLI et. al., 1990, p. 89). Ele continua:

O projeto de desinstitucionalização coincidia com a reconstrução da complexidade do objeto que as antigas instituições haviam simplificado (e não foi por acaso que tiveram que usar de violência para consegui-lo). Mas se o objeto muda, se as antigas instituições são demolidas, as novas instituições devem estar à altura do objeto, que não é mais um objeto em equilíbrio, mas está, por definição (a existência-sofrimento de um corpo em relação com o corpo social), em estado de não-equilíbrio: **esta é a base da instituição inventada (e nunca dada)** (ROTELLI et. al., 1990, p. 91).

Ao falar do Centro de Saúde Mental de Trieste como *instituição provisória e inventada*, na Nota de rodapé 3 que trata de *instituições para desinstitucionalizar*, apresenta:

Em um bom centro de Saúde Mental as demandas se misturam, se cruzam, se multiplicam, como acontece num mercado (trocas). (Que este seja o melhor indicador de um bom serviço deriva da pergunta: se não, porque as pessoas iriam?). Não existe para mim um centro de saúde mental mais bonito do que um mercado no Senegal ou em Marrocos. Quero compreender melhor o porquê, mas é certo, existe o fato de que as classes sociais se misturam, trocam, os indivíduos se olham, jogam e trabalham (e podem ser também muito loucos). É um dos poucos lugares, um bom mercado, onde o corpo social se reconhece, existe inteiro e é difícil para todos fugir do fascínio de seu turbilhonamento (do mercado e do corpo). Onde nos singularizamos através da participação. (ROTELLI et al., 1990, p. 95).

Fernanda Nicácio traz o papel dos profissionais como uma das questões centrais da desinstitucionalização:

A transformação do papel dos profissionais, operada a partir dos eixos de afirmação da liberdade e da responsabilidade e da produção de relações de reciprocidade com as pessoas internadas, deveria contemplar, também, a transformação da evidente contradição do mandato social, entre mandato terapêutico e de controle, entre tratamento e exclusão. (NICÁCIO, F., 2003, p. 116).

No serviço público, o mesmo crachá que identifica e autoriza o acesso a variadas instituições, tem o poder de resgatar um usuário de uma clínica clandestina, hospital psiquiátrico, comunidade terapêutica ou similar. Com o crachá, aumenta-se o acesso ao

sistema e a processos burocráticos que repercutem na vida cotidiana das pessoas em diferentes territórios. O crachá pode ser usado tanto para facilitar fluxos como para embarreirar processos.

Guarulhos - São Paulo - Brasília, 2019. A psiquiatra lacaniana formada em Paris, junto com a (à época) técnica de enfermagem e atualmente enfermeira de CAPS infantojuvenil em São Paulo, entraram em contato para convidar à escrita de relatos do *nosso* CAPS. Seria algo simples, para um livro. A animação tomou conta junto com o temor: *o que escrever? Como escrever? E o sigilo? E se alguém não gostar?* Começaram a rascunhar algumas cenas, mas o trabalho - as obrigações, as tarefas diárias em outras instituições - interromperam o sonho de registrar os tempos tão transformadores além dos prontuários e livro ata.

A equipe recém-contratada tinha a tarefa de implantar o CAPS II em quinze dias. Com a supervisão do terapeuta ocupacional da época da intervenção no Hospital Anchieta e gestão inicial do psicólogo negro, sindicalista, que sustentou enquanto conseguiu as contradições de seu papel, foi possível experimentar um processo de trabalho coletivo, inventivo, cheio de confrontos, discussões, riscos, lágrimas e festas.

As reuniões de equipe que pegavam fogo, as assembleias cheias. Acontecia muita coisa: o Fórum de Saúde Mental e Direitos Humanos, o grupo de cinema no CEU - Centro Educacional Unificado e depois a produção do filme *Trajetórias de uma crise*³⁰ em parceria com outros CAPS da cidade, o de futebol na Base Aérea que era pertinho do CAPS, a Rádio Imprevisível, o Samba na Tenda, o Teatro do Oprimido, a Terapia Comunitária, o grupo de geração de renda que sempre se reinventava, as festas, o almoço no restaurante comunitário a quatro quadras do serviço, a preparação e a apoteose dos atos do dia da luta antimanicomial - Pela loucura em trânsito! O psicodrama e a clínica peripatética³¹ exercida *in loco* com o supervisor argentino, cujo sotaque por vezes era motivo de zombaria. A horta iniciada por Hilário, trabalhador nordestino cuja tristeza profunda tomou conta de tudo. Os longos percursos para chegar

30. O filme lançado em 2015 foi produzido com recursos do edital de Reabilitação Psicossocial do Ministério da Saúde e lançado no Cine Direitos Humanos do Espaço Itaú Cultural em São Paulo, conforme blog do Bloco do Fuá <[https://www.youtube.com/watch?v=Sb3mErZ9btc](https://blocodofua.com.br/videos/curta-luta-antimanicomial-trajetorias-de-uma-crise#:~:text=Trajet%C3%B3rias%20de%20Uma%20Crise%20%C3%A9,edi%C3%A7%C3%A3o%20desta%20pe%C3%A7a%20de%20fic%C3%A7%C3%A3o.> O filme pode ser visto no Youtube, em: <a href=) .

31. LANCETTI, Antonio. Clínica peripatética. Ed. Hucitec, São Paulo, 2008.

de ônibus para o matriciamento e a kombi que fazia o intrincado roteiro para passar em todos os que tinham mais dificuldade de chegar.

Tinham também os representantes da indústria farmacêutica que furavam a fila das consultas com os desejados psiquiatras, com suas maletas repletas de amostras grátis, valiosas em tempos quando havia escassez de algum medicamento na rede pública de saúde. O pavor de ficarem sem a medicação. As jovens usuárias que assustavam por onde passavam com sua fúria e bizarrice estampadas frente ao horror vivido, algumas com a vida interrompida antes dos 30 anos, por motivos evitáveis. As respostas aos pedidos judiciários, cheias de dúvidas que requeriam análise, pesquisas aos conselhos de categorias profissionais, leis. Eram muitas as instituições a responder e colocar em análise.

As limitações de ser um CAPS II sem acolhimento integral e a necessidade da tensa articulação com o CAPS III e a ala psiquiátrica do hospital geral municipal levaram à mudança do processo de trabalho da equipe para abrir ao menos aos sábados, o dia todo. O desafio de ser referência para uma população de mais de 500 mil habitantes, no início, e a difícil decisão de priorizar o matriciamento para as unidades de saúde mais distantes, garantindo o acompanhamento mais próximo apenas dos casos mais graves e persistentes, como diz a normativa. Tudo isso aconteceu sem o CAPS estar habilitado pelo Ministério da Saúde, funcionando com verbas próprias do município. Talvez fosse um CAPS que achasse ser NAPS³².

Aquele usuário que chegou a galope para o acolhimento, contido pelos irmãos bem mais novos, que mobilizou toda a equipe na primeira semana de funcionamento do CAPS. Após horas de negociação com o psicólogo que conseguiu lhe entender, aceitou almoçar sob uma condição: que sua avó e os irmãos recebessem também as marmitas, estavam famintos.

A cada nova pessoa que chegava no CAPS, seja a família, a vizinha, a própria pessoa, a Unidade de Saúde de Família, a equipe conhecia um pouco mais do imenso território. Quando chegavam de outro CAPS, era mais fácil o acolhimento. Quando chegavam de hospital psiquiátrico, ou mesmo hospital geral, na maior parte das vezes a

32 Para saber mais da discussão sobre NAPS e CAPS, ver o artigo Amarante, P.; Torre, E. H. G. A constituição de novas práticas no campo da Atenção Psicossocial: análise de dois projetos pioneiros na Reforma Psiquiátrica no Brasil. Saúde em debate, v. 25, n. 58, p 26-34, 2001.

primeira tarefa era diminuir a medicação, que tornavam os rostos de cera, sem expressão, os movimentos lentos e robotizados, apenas os olhos continuavam a brilhar.

A reabilitação psicossocial como *processo de restituição do poder contratual do usuário, com vistas a aumentar a sua autonomia*, que foi esmagada pela instituição psiquiátrica. O estabelecimento de uma relação entre o usuário e a profissional que usa *o seu poder para aumentar o poder do usuário* para que ele possa *participar dos processos de trocas sociais, de bens, mensagens e afetos* (p. 56, KINOSHITA, 1996). A grande sacada é que nesse processo o profissional também se transforma, ninguém sai ileso.

O marcante prontuário de quase um palmo de grossura repleto de evoluções, pareceres, avaliações e receitas veio da Casa dos Mortos³³ e dizia, ao final do documento de encaminhamento ao CAPS: PSICOPATA. ALTO NÍVEL DE PERICULOSIDADE. ALTA NÃO RECOMENDADA. Em um primeiro momento o medo tomou conta, medo daquela tal periculosidade, da violência, da monstruosidade... mas durou pouco. Bastou conhecer o olhar risonho e à sua família para dar o clique, o vínculo se estabelecer. O usuário taxado de perigoso virou referência no CAPS, recebia na recepção quem chegava para o acolhimento, explicava como funcionava. Assíduo, lembrava sempre os funcionários o horário da assembleia.

Uma vez propôs a todos que uma das salas virasse um quarto de contenção para quem estivesse mais agitado: deveria ficar fechada, podiam colocar colchões no chão e nas paredes, para ninguém se machucar, mas teriam que ficar lá até se acalmarem. A discussão foi tensa, a usuária conhecida pelos rompantes violentos estava inconformada, compartilhou as diversas maneiras que fora contida por onde passou e como os profissionais a trataram com violência. Ao final foi decidido que o quatinho de contenção não seria implementado, mas as dúvidas permaneceram: como fazer para lidar com a fúria no serviço? Discussões sobre reparação de vidros e vínculos quebrados eram constantes.

Outra vez, em uma atividade da luta antimanicomial em um Centro Educacional Unificado - CEU a uns 40 minutos de ônibus do CAPS, o usuário não aguentou assistir

33. Documentário de 2015 de Debora Diniz que trata da vida no manicômio judiciário/ hospital de custódia e tratamento psiquiátrico de Salvador. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=noZXWFxdtNI>

ao filme *Biche de Sete Cabeças* que passava na sala escura com ar-condicionado, grande telão e cheiro de pipoca. Levantou depressa e ficou no corredor de fora, perto do parapeito. Olhava para os andares de baixo, onde crianças, jovens e adultos aguardavam animadamente para entrar nos variados cursos que tinham na programação da instituição. Quando ele conseguiu falar, disse que o filme era pesado demais, lembrava de um amigo que conheceu, e rompeu em lágrimas.

O maior negociador de feira do rolo já visto, respeitado e querido por (quase) todo mundo. Negro, analfabeto, por vezes as palavras emperravam para sair da boca, mas depois fluíam. Em uma das idas à biblioteca municipal - lá em Guarulhos, como se referia ao centro da cidade -, escolheu um livro infantojuvenil com belas xilogravuras sobre o Lampião e a Maria Bonita, para levarmos ao CAPS.

A leitura em voz alta foi feita durante a “convivência”, nos sofás da sala de entrada/recepção, aberta para quem quisesse. Algumas pessoas que chegavam ou que aguardavam se ajuntaram. Ao final da leitura, um homem encostado na porta de saída, do outro lado da sala, disse que seu avô conheceu Lampião e suas histórias enquanto elas aconteciam, lá em Alagoas. Em seguida, uma familiar pediu a palavra para falar do tio que tinha um conhecido que seguiu Lampião, mas em Pernambuco. Começou a maior troca de relatos de diferentes pessoas que tinham em comum alguma história de família que enaltecia os heróis cangaceiros Lampião e Maria Bonita. Para os desavisados que acham suspeita a grande coincidência do encontro de tantos conhecedores do herói popular, é importante informar que Guarulhos é a segunda maior comunidade de imigrantes nordestinos e seus descendentes do estado de São Paulo. Quem escolheu o livro escutava atento as histórias, com o sorriso imenso que quase não cabia no rosto.

Frantz Fanon, ao tratar dos Fundamentos Recíprocos da Cultura Nacional e das Lutas de Libertação, traz o questionamento sobre a relação entre a luta de libertação e o fenômeno cultural:

Pensamos que a luta organizada e consciente empreendida por um povo colonizado para restabelecer a soberania da nação constitui a manifestação mais plenamente cultural que se possa imaginar. Não é unicamente o bom êxito da

luta que dá por suas consequências validade e vigor à cultura. Não há hibernação da cultura durante o combate. A própria luta, em seu desenrolar, em seu processo interno, desenvolve as diversas direções da cultura e esboça outras, novas. A luta de libertação não restitui à cultura nacional seu valor e seus contornos antigos. Essa luta que visa uma redistribuição fundamental das relações entre os homens não pode deixar intactas as formas nem os conteúdos culturais desse povo. Após a luta não há apenas desaparecimento do colonialismo; há também desaparecimento do colonizado.

(...)

Uma nação nascida da ação combinada do povo, que encarna as aspirações reais do povo, que modifica o Estado não pode existir senão sob formas de excepcional fecundidade cultural. (FANON, F. 1968, p. 204-205).

Como teria sido o encontro entre Frantz Fanon e Lampião? E Maria Bonita, onde fica em tudo isso? A subversiva Samah Jabr também entra na história, quando traz “O pensamento por trás do juramento dos profissionais de saúde mental”:

Em nossa opinião, a comunidade de saúde mental está especialmente equipada para ser proativa na abordagem desses desafios clínicos e, ao mesmo tempo, morais, tanto em nossa prática diária, sempre que essas questões surgirem, quanto fora dela, por meio de nossas organizações e atividades profissionais. Nossas habilidades como profissionais de saúde mental (...) nos preparam para sermos úteis de várias maneiras na luta contra a ocupação. (...)

Devemos nos comprometer não apenas a trabalhar como clínicos para a libertação do indivíduo, mas também para a libertação da comunidade. Apelamos aos profissionais

de saúde mental para que se engajem na solidariedade sociopolítica com o povo da Palestina como um posicionamento terapêutico. Dedicar-nos a esse trabalho enquanto a ocupação continua nos dará o insight que precisaremos no futuro como mediadores engajados no processo de reconciliação. Estabelecer uma base de envolvimento durante um período de crise nos prepara para a participação numa solução para a crise que traga reparação genuína, justiça e direitos civis plenos para o povo da Palestina. (JABR, S., 2024, p. 161-162)

Como tornar uma instituição inventada sem reproduzir a lógica das instituições totais e da tolerância nesse contexto? Como não cair nas respostas fáceis - como, por exemplo, *é assim, não tem o que fazer* -, tão tentadoras?

A proposta de CAPS como instituição inventada, como uma permanente tentativa de criação do novo, de não reprodução da lógica manicomial, a partir do território, com quem está lá, respeitando e produzindo a diversidade, abrindo infinitas possibilidades para toda a sociedade.

Em 2024, em um reencontro de parte da equipe que trabalhou no CAPS em Guarulhos, lembravam dos momentos passados há mais de década atrás. As mulheres se abraçavam, riam, gritavam, não paravam de falar ao mesmo tempo. Por vezes ficavam sérias, principalmente ao trazer o agora, comparando com as lembranças de um tempo mágico que já passou. A complexa discussão sobre cuidado, riscos, controle, atenção a crise sem cair na conhecida resposta da tutela, sobre a reiterada imposição de hierarquias inquestionáveis e o famigerado cansaço.

As nuvens só se se dissiparam quando o ex oficineiro e músico do evento deu o microfone para a ex agente de endemia que entrou no CAPS como auxiliar de serviços gerais, se tornou acompanhante terapêutica, depois técnica de enfermagem e agora também estudante de terapia ocupacional. A animadíssima coordenadora do grupo de coral (e do grupo de passeio, e parceira de referência de tantas/os usuárias/os junto com a psicóloga, entre tantos outros papéis) puxou o hino que marcou a equipe nos tempos saudosos, com direito a passinho:

As andorinhas voltaram

E eu também voltei

Pousar no velho ninho

Que um dia aqui deixei

Nós somos andorinhas

Que vão e quem vem

À procura de amor

Às vezes volta cansada

Ferida, machucada

Mas volta pra casa

Batendo suas asas

Com grande dor

Igual a andorinha

Eu parti sonhando

Mas foi tudo em vão

Voltei sem felicidade

Porque, na verdade

Uma andorinha

Voando sozinha

Não faz verão

(As andorinhas, Trio Parada Dura, 1985)

4.2 Fragmentos

Em 1987, no II Congresso Nacional de Trabalhadores em Saúde Mental, é lançado o Manifesto de Bauru e o lema “Por uma sociedade sem manicômios!”:

Nossa atitude marca uma ruptura. Ao recusarmos o papel de agente da exclusão e da violência institucionalizadas, que desrespeitam os mínimos direitos da pessoa humana, inauguramos um novo compromisso. Temos claro que não basta racionalizar e modernizar os serviços nos quais trabalhamos.

O Estado que gerencia tais serviços é o mesmo que impõe e sustenta os mecanismos de exploração e de produção social da loucura e da violência. O compromisso estabelecido pela luta antimanicomial impõe uma aliança com o movimento popular e a classe trabalhadora organizada.

O manicômio é expressão de uma estrutura, presente nos diversos mecanismos de opressão desse tipo de sociedade. A opressão nas fábricas, nas instituições de adolescentes, nos cárceres, a discriminação contra negros, homossexuais, índios, mulheres. Lutar pelos direitos de cidadania dos doentes mentais significa incorporar-se à luta de todos os trabalhadores por seus direitos mínimos à saúde, justiça e melhores condições de vida.³⁴

Guarulhos, 2004. No que já foi o quarto de uma casa, pessoas que habitam moradias precárias discutem a mudança de nome de um grupo de rádio: Rádio Impregnados causava certo peso, apesar da força do teor provocativo. Entre idas e vindas, em um momento mais caloroso, o participante de olhos verdes se levanta abruptamente e grita que não dá para decidir as coisas assim, que não aguenta mais, e sai bravo do quarto. O silêncio dura segundos, sendo cortado por alguém que continua sua argumentação. Ao final de meia hora decidem pelo nome Imprevisível, mais adequado à nova conformação do grupo. Mais de 13 anos depois, há quem diga que foi entrevistado por repórteres Imprevisíveis no Encontro de 30 anos do Manifesto de Bauru.

Rio Bonito, 2015. Da BR 101, eixo Rio-Vitória, o motorista e as técnicas do governo federal avistam a entrada do hospital psiquiátrico. Na pista, aguardam abrirem

34 Manifesto de Bauru. II Congresso Nacional de Trabalhadores em Saúde Mental. Bauru, 1987. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2017/05/manifesto-de-bauru.pdf>

o portão para o carro oficial do estado. Entram no pátio, saem do carro e permanecem paradas, os pés grudados. Olham o chão de terra, alguma grama, árvores, as costas de um edifício grande com as paredes descascadas.

Chega um homem de camisa amarrotada, com poucos dentes, que acompanha as técnicas e o motorista em direção ao edifício. Ao longo do caminho pede um cigarro e diz que em breve vai sair, só precisa resolver umas coisas antes. Na entrada da construção antiga se aproximam mulheres e homens, com roupas apertadas e sobrando, cabelos desalinhados e penteados, olhares desconfiados e sorrisos largos. Perguntam, pedem e falam coisas ao mesmo tempo, chegando cada vez mais perto.

Uma mulher que acompanha o processo de fechamento do hospital pede para se afastarem, que depois vão ter um momento para conversarem. Entram em uma sala ampla, luz apagada, com mesa, cadeiras, armário, sofá, plantas e coisas penduradas na parede. Há um grande quadro branco ao lado da janela, com o desenho de uma tabela cheia de nomes, códigos e números. A mulher de olhos cansados oferece café, pergunta como foi o trajeto desde a capital e reclama do trânsito. Todo mundo senta à mesa, soltando as bolsas.

Entra o técnico estadual, que cumprimenta a mulher com um longo abraço. Os ombros dela cedem quando diz que estava quase tudo certo, só faltava o município mobiliar a residência terapêutica para que Maria e mais 5 saíssem. Esses últimos municípios são os mais difíceis, mesmo com o TAC pressionando, ficam colocando barreiras.

A técnica do federal tenta lembrar o que é TAC - Termo de Ajustamento de Conduta. Tem a ver com o Ministério Público, que faz um acordo com o município para impedir que a violência (reparação de danos coletivos) continue antes de virar uma ação judicial. Ajustar a conduta de Rio Bonito envolvia outros municípios, já que o hospital psiquiátrico abrigava moradores (as) de outras cidades da região.

Com os olhos molhados segurando as lágrimas que queriam pular, a mulher conta que Maria não aguentou, morreu no final de semana, ataque cardíaco. O silêncio foi interrompido com os brados inconformados de um homem que teve seu pente surrupiado.

Foram e são muitas as experiências de desinstitucionalização de hospitais psiquiátricos. Desde Trieste, passando por Santos, chegando até o Complexo do Juquery, aquele da Clementina Cunha citado no início desta dissertação. O que era inimaginável à época, aconteceu. A mensagem vem de Mirsa Delosi, incansável funcionária pública da desinstitucionalização no estado de São Paulo, figura rara depois dos mais de vinte anos de privatizações do Estado.

Alguns anos antes, a mesma mensageira de boas novas aparece em uma foto ajoelhada, com as mãos em prece, em frente ao hospital psiquiátrico de Sorocaba/SP, após o último morador ter ido pro Serviço Residencial Terapêutico - SRT e o derradeiro hospital ser fechado. O que era o maior polo manicomial da América Latina foi finalmente fechado. Mirsa conta de forma cativante a cena de um homem internado por décadas nessa região, que após se acomodar no SRT, soltou: *agora posso viajar*.

Na disputa de qual seria a região com maior número de leitos em hospitais psiquiátricos, anteriormente estava Carmo/RJ, cujo processo de desinstitucionalização produziu grande número de Serviços Residenciais Terapêuticos, assim como em Barbacena/MG, com a dupla Flávia Vasques e Leandra Vilhena à frente do processo. Os registros dessas experiências se espalham pelo Brasil. Há também as situações de hospitais que foram descredenciados do SUS, mas que continuam funcionando no privado, como é o caso do Hospital Lacan, em São Bernardo do Campo/SP.

Como são várias as experiências, me junto a quem se interessa por escavar os restos e convido a partilhar registros na rede de alcance mundial. Começo com a digitalização de uma fita analógica de VHS (Video Home System, Sistema Doméstico de Vídeo, videoteipe) da intervenção na Casa Anchieta, em Santos, uma das desenterradas do armário da biblioteca: <https://youtu.be/ZeMUbFw3pIE>.

CAPISTRANO FILHO (1995), em texto de 1993 sobre A Casa dos Horrores, fala da importância da mobilização da população para a continuidade da intervenção no hospital Anchieta, e continua:

A mobilização e a inclusão do programa num projeto político-cultural inovador mais amplo facilitou o alcance de outro objetivo do programa: interferir no modo como a cidade se relaciona com a diversidade. Desde o início

nossa intenção foi enfrentar a cultura da exclusão, da negação dos direitos de cidadania e de liberdade, não só dos pacientes psiquiátricos, mas de todos os explorados, humilhados e ofendidos.

Não mexemos apenas no Anchieta. Mexemos com toda a cidade (CAPISTRANO FILHO , D., 1995, p. 120).

5. Considerações finais

ENCONTRO (1948)

EU NÃO sei quem tu és

Nem te peço que o digas.

Não importa saber nomes,

Todos temos um nome.

E falar não importa;

As palavras não contam.

Deixa que o silêncio

Inunde esta hora

Não digas teu nome.

Pra mim, que te conheço agora,

és aquele que chega.

E saber que tu chegas

é muito mais do que saber quem és

(ROSA, 1992, p. 63)

Às vezes bate uma preguiça ouvir a ladainha dos que não creem ser possível uma sociedade sem manicômios. As mesmas falas são repetidas dez, vinte, trinta anos depois de experiências concretas de desinstitucionalização no Brasil.

A indignação e impaciência tomam conta quando se tem que falar o óbvio mais uma e outra vez. Com o passar dos anos parece mais fácil se perceber em um ponto na linha do tempo histórico, como só mais um empurrão na engrenagem produzida em uma rede ora dispersa, ora mais aproximada de pessoas, grupos, coletivos em movimento.

As consequências de terem sido fechados tantos hospitais psiquiátricos nas últimas décadas são difíceis de se calcular em números. Poderia se apontar os CAPS (e não Núcleos de Atenção Psicossocial) implantados, os suicídios prevenidos, ou analisar a hipermedicalização e psicopatologização da vida fora das grades, com o frenesi da busca por uma saúde mental que dê conta de tudo isso.

Outro caminho seria analisar a abrangência das transformações na vida não só de quem é egresso do manicômio, - como as repercussões na vida de quem recebe o Programa De Volta para Casa (BESSONI, E. et al., 2019) - mas também familiares, profissionais e comunidade que participaram dessas experiências. Nos processos de desinstitucionalização ninguém sai ileso.

Quando se empresta seu poder contratual para quem é invalidado, quando as relações hierárquicas e tutelares são constantemente negadas, quando se questiona o papel de agente de reprodução ou transformação da violência...tudo muda. Outros questionamentos surgem, ampliam-se os entendimentos das coisas, das pessoas, da cidade.

Busquei nesta dissertação viajar pelo espaço-tempo para encontrar pistas sobre o que fazer no agora. Na Baixada Santista já somam mais de 50 mortes pela Polícia Militar na chacina sem precedentes. Quando se abrem as portas dos hospitais psiquiátricos nos deparamos com o mundo como ele é. Em uma sociedade sem manicômios, no Brasil, nos deparamos com a violência seletiva de um estado militarizado. Nos deparamos com a injustiça, desigualdade, a força da polícia militar, que persiste e se fortalece mesmo depois de acabar a ditadura empresarial-militar. Nos deparamos com o começo de uma possibilidade de reparação histórica às pessoas negras e indígenas, que continuam sendo massacradas. Vivemos as contradições desse mundo real e concreto nos Centros de Atenção Psicossocial, na Unidade de Saúde da Família, nas escolas, e ainda nas prisões, nos asilos e demais instituições totais.

No começo desta dissertação, a proposta era trazer os processos de desinstitucionalização e as instituições inventadas como estratégia de resistência à militarização, só isso. No entanto, as viagens-narrativas no espaço-tempo levaram a tantos lugares e questionamentos, que o trabalho tomou outro rumo. A cada nova descoberta, a pesquisa levava a novas referências, tantas vezes inseridas nas Notas de rodapé. Ler, reler, descobrir, lembrar, fazer conexões.

Queria ter trazido mais do Carlão, o Carlos Augusto de Oliveira. Ele estava no começo, ocupando o Centro Acadêmico de Psicologia da PUC-SP na primeira década dos anos 2000, local mais acolhedor que as instituições abertas e fechadas por onde passara. Conhecer Carlão durante a graduação mudou tudo: foi um dos primeiros que explicitava críticas à psicologia e às práticas controladoras reproduzidas por CAPS por onde passou. Marrento e afetuoso, conhecia São Paulo na palma da mão, estava sempre nas atividades do Fórum Paulista da Luta Antimanicomial, nas reuniões, festas e viagens. Ao longo do tempo se encontrou como “Trabalhador do Ponto Benedito e convivente do É de Lei!”, segundo seu perfil no Instagram. Em uma visita, me mostrou orgulhoso o lugar, as e os colegas de trabalho, parecia sereno. Em 11 de setembro de 2020 foi atropelado por um playboy em plena avenida Teodoro Sampaio, perto do trabalho. A vida do Carlão tem tudo a ver com desinstitucionalização, com luta antimanicomial, festa e resistência. Um grande rebelde, imortalizado em vida no cartaz da festa antimanicomial de 2007 feito por Sebastião Oliveira Neto, o Tião.

Em um esforço para conectar o que aconteceu no passado e o que sobrou no presente, indo na contramão das forças que tentam apagar as histórias, tentou-se explicitar o incômodo da mistura entre vida pública e privada, respeitando o silêncio do que ainda não se consegue registrar.

Em meio a tudo isso, eis que ocorre o processo doloroso, sincero e coletivo de desinstitucionalização no Distrito Federal. As narrativas estão acontecendo, os *restos* sendo escarafunchados, o movimento contínuo, a animação crescente. Dessa vez vai!

Muitas perguntas surgiram, compartilho algumas: 1) Como os processos de desinstitucionalização se relacionam com a necropolítica? As estratégias de desinstitucionalização caberiam para, por exemplo, acabar com os presídios, conforme proposta pelo abolicionismo penal?; 2) É possível ser funcionária do Estado e não

reproduzir a violência de Estado?; 3) É possível uma instituição inventada, quando instituída, permanecer inventada?

Combater a política do esquecimento; trazer a resistência; romper com os mitos; ir até onde se consegue e sair fora quando se percebe que está azeitando a máquina estatal; lidar com os retrocessos, registrar o horror sem ser sufocada por ele.

O único jeito de avançar na luta antimanicomial como paradigma, como enfrentamento da necropolítica, é resgatando e construindo estratégias junto a quem experimenta a resistência desde sempre. Essas pessoas, grupos, coletivos, povos precisam entrar nessa conversa de uma forma que se sintam à vontade.

A arte da camisa vendida na V Conferência Nacional de Saúde Mental pelo Movimento Nacional da Luta Antimanicomial explicita:

feminista

decolonial

antirracista

antifacista

anticapacitista

antiproibicionista

abolicionista penal

antilgbt+fobia

anticapitalista

ANTIMANICOMIAL

Os movimentos negros, indígenas, das pessoas LGBTQIA+, bradam há tempos, é só prestar atenção. As denúncias, as reivindicações, as propostas sobre segurança pública, sobre cuidado em liberdade, sobre abolicionismo penal, sobre reparação histórica, sobre desarmamento, diminuição (do) poder e fim da polícia militar, das forças armadas... está tudo aí, pra compartilhar, conversar, negociar, discordar, planejar, organizar, se jogar e festejar.

Nenhum passo atrás, manicômio nunca mais!

Descontinue a tradição

Desapropriie esse galpão, e por que não?

Nas horas simples de alegria/ Desconfigure essa equação

Desconsidere a razão

Desobedeça o coração

E na bagunça dessa vida

Se jogue em meio à confusão

(Tradição, Elza Soares, 2019)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.
Disponível em: https://blogs.uninassau.edu.br/sites/blogs.uninassau.edu.br/files/anexo/racismo_estrutural_feminismos_-_silvio_luiz_de_almeida.pdf . Acesso em setembro de 2023.
- ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Revista Estudos Feministas**, v. 8, n. 01, p. 229-236, 2000. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/ref/v08n01/v08n01a17.pdf> . Acesso em novembro de 2022.
- BASAGLIA, Franco. **A instituição negada: relato de um hospital psiquiátrico**. Editora Graal. 1991.
- BASAGLIA, F., ONGARO BASAGLIA, F., V. Dedijer, M. Foucault, R. Castel, R. Lourau, V. Accattatis, E. Wulff, N. Chomsky, R. Laing, E. Goffman, T. S. Szasz, S. Cohen, J. McKnight. **Crimini di pace. Ricerche sugli intellettuali e sui tecnici come addetti all'oppressione**. A cura di Franco Basaglia e Franca Basaglia Ongaro. Giulio Einaudi editore, Torino 1975 (Nuovo Politecnico 68). Disponível em italiano em: http://www.ristretti.it/areestudio/cultura/libri/crimini_di_pace.pdf . Disponível em espanhol em: <https://antipsiquiatriaudg.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/10/franco-basaglia-1971-los-crc3admenes-de-la-paz.pdf> . Acesso em novembro de 2023.
- BENJAMIN, Walter. O contador de histórias: reflexões sobre a obra de Nikolai Leskov. **O contador de histórias e outros textos**. 2ª Ed. Hedra, p. 19-57, 2020.
- BESSONI, Enrique et al. Narrativas e sentidos do Programa de Volta para Casa: voltamos, e daí?. **Saúde e Sociedade**, v. 28, p. 40-53, 2019. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/sausoc/2019.v28n3/40-53/> . Acesso em outubro de 2023.
- BONADIMAN, Cecília Silva Costa et al. A carga dos transtornos mentais e decorrentes do uso de substâncias psicoativas no Brasil: Estudo de Carga Global de Doença, 1990 e 2015. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 20, p. 191-204, 2017.

BORGES, Camila Furlanetti; BAPTISTA, Tatiana Vargas de Faria. O modelo assistencial em saúde mental no Brasil: a trajetória da construção política de 1990 a 2004. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 456-468, Feb. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/zMjfs3bPRTbfPS5djtYLS8F/?lang=pt> . Acesso em setembro de 2023.

BORGES, Rodolfo. Documento da CIA relata que cúpula do Governo militar brasileiro autorizou execuções. **El País**. Publicado em 10 de maio de 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/10/politica/1525976675_975787.html . Acesso em setembro de 2023.

BONADIMAN, Cecília Silva Costa et al. A carga dos transtornos mentais e decorrentes do uso de substâncias psicoativas no Brasil: Estudo de Carga Global de Doença, 1990 e 2015. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 20, p. 191-204, 2017. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/rbepid/2017.v20suppl1/191-204/pt/>. Acesso em outubro de 2023.

BRASIL. **Lei 5.766, de 20 de dezembro de 1971** - Cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia e dá outras providências. 1971. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15766.htm. Acesso em fevereiro de 2024.

BRASIL. **Saúde Mental no SUS: Cuidado em Liberdade, Defesa de Direitos e Rede de Atenção Psicossocial. Relatório de Gestão 2011-2015**. Ministério da Saúde: Brasília. Maio, 2016, 143 p.

BRASIL. Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT). **Relatório de Inspeção no Hospital São Vicente de Paulo – DF**. 2018. 47p. Disponível em: <https://mnpctbrasil.files.wordpress.com/2019/09/missohspvdf.pdf> . Acesso em setembro de 2023.

MONCAU, G. ‘Lula é incoerente com a questão da tortura’, diz historiador às vésperas dos 60 anos do golpe militar. **Brasil de Fato**, março de 2024. Disponível em: [https://www.brasildefato.com.br/2024/03/21/lula-e-incoerente-com-a-questao-da-ditadura-diz-historiador-as-vesperas-dos-60-anos-do-golpe-militar#:~:text=O%20presidente%20Lula%20\(PT\)](https://www.brasildefato.com.br/2024/03/21/lula-e-incoerente-com-a-questao-da-ditadura-diz-historiador-as-vesperas-dos-60-anos-do-golpe-militar#:~:text=O%20presidente%20Lula%20(PT))

[%20vetou%20eventos%20do%20governo%20federal%20em,jogo%20pol%C3%ADtico%20desta%20frente%20ampla](#) . Acesso em abril de 2024.

BRASIL. **Lei 10.216 de 06 de abril de 2001.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110216.htm>. Acesso em 05 jun de 2021.

BRASIL. **Lei 10.708 de 31 de julho de 2003.** Institui o auxílio-reabilitação psicossocial para pacientes acometidos de transtornos mentais egressos de internações. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.708.htm Acesso em outubro de 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Coordenação-Geral de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas. **Nota técnica nº 11/2019 - Assunto: Esclarecimentos sobre as mudanças na Política Nacional de Saúde Mental e nas Diretrizes da Política Nacional sobre Drogas.** Brasília, 2019. Disponível em: <https://pbpd.org.br/wp-content/uploads/2019/02/0656ad6e.pdf> . Acesso em dezembro de 2023.

BRASIL. **Relatório final do Gabinete de Transição Governamental.** Brasília, 2022. Disponível em: <https://gabinetedatransicao.com.br/noticias/relatorio-final-do-gabinete-de-transicao-governamental/> . Acesso em fevereiro de 2023.

CAPISTRANO, Cristina. Os Comunistas (pp. 78-80). In: **60 anos do golpe. Gerações em luta.** Francisco (Xico) Celso Calmon (Org.), 2024.

CAPISTRANO FILHO , D. **Da saúde e das cidades.** Ed. Hucitec/SP. 1995.

CARNEIRO, Pedro Henrique Marinho. **Política sobre drogas no Brasil: conservadorismo e instituições asilares.** 2021. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/handle/handle/24231> . Acesso em fevereiro de 2023.

CARRANO, Austregésilo. **Canto dos malditos.** Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

CASSELLA, V., BORGES, B., D'AGOSTINO, R., BARBIÉRI, F., SANT'ANA, J., MATOSO, F. **Democracia para sempre**. G1. — Brasília. 01/01/2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/01/01/lula-chega-ao-congresso-para-tomar-posse-como-39o-presidente-do-brasil.ghtml> . Acesso em agosto de 2023.

COALIZÃO BRASIL POR MEMÓRIA, VERDADE, JUSTIÇA, REPARAÇÃO E DEMOCRACIA. **Manifesto**. [s.d.]. Disponível em: <https://coalizaomemoria.org.br/manifesto/> . Acesso em 01 abril de 2024.

COALIZÃO BRASIL POR MEMÓRIA, VERDADE, JUSTIÇA, REPARAÇÃO E DEMOCRACIA. **Remoer a Ditadura para consolidar a Democracia**. Publicação em março, 2024. Disponível em: <https://coalizaomemoria.org.br/remoer-a-ditadura-para-consolidar-a-democracia-agenda-nacional-dos-60-anos-do-golpe-de-1964/> . Acesso em 01 de abril de 2024.

CODEPLAN. **Perfil da População em Situação de Rua no Distrito Federal**. Brasília-DF. 2022. Disponível em: <https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2021/12/Relatorio-Perfil-da-Populacao-em-Situacao-de-Rua-no-Distrito-Federal.pdf>. Acesso em dezembro de 2023.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. Práticas “psi” no Brasil do “milagre”: algumas de suas produções. **Mnemosine**, [S. 1.], 2004. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/mnemosine/article/view/41337> . Acesso em maio de 2024.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças; NASCIMENTO, Maria Lívia do. Sobreimplicação: práticas de esvaziamento político. In: **Práticas PSI inventando a vida**, p. 27-38, 2007. Disponível em: <http://ole.uff.br/wp-content/uploads/sites/101/2022/02/texto22.pdf>. Acesso em dezembro de 2023.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças; NASCIMENTO, Maria Lívia do. Análise de implicações: desafiando nossas práticas de saber/poder. **Subjetividades, violência e direitos humanos: produzindo novos dispositivos em saúde**, p. 143-153, 2008. Disponível em: <https://philarchive.org/archive/VALPAI> . Acesso em dezembro de 2023.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças; DE ABREU, Ana Monteiro. Problematizando a experiência clinicopolítica da equipe clínico-grupal tortura nunca mais. **Revista TransVersos**, n. 12, 2018. Disponível em:

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos/article/view/33653>. Acesso em dezembro de 2023.

COIMBRA, Cecília. Cecília Coimbra e a teimosia de não esquecer. Entrevista concedida a Maurício Thuswohl. **Carta Capital**. Março, 2024. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/cecilia-coimbra-e-a-teimosia-de-nao-esquecer/>. Acesso em março de 2024.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (BRASIL). **Referências Técnicas para atuação de psicólogas (os) na política de segurança pública** / Conselho Federal de Psicologia, Conselhos Regionais de Psicologia e Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. - 1. ed. - Brasília: CFP, 2020. 156 p. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2020/11/869.4-REFERE%CC%82NCIAS-TE%CC%81CNICAS-SEGURANC%CC%A7A-PU%CC%81BLICA_v4.pdf

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (BRASIL). **Referências Técnica para atuação de psicólogas (os) em Medidas Socioeducativas**. Conselho Federal de Psicologia, Conselhos Regionais de Psicologia, Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. Edição revisada. 1. ed. Brasília: CFP , 2021. 96 p. Disponível em: <https://crepop.cfp.org.br/wp-content/uploads/sites/34/2022/10/029-Crepop-Referencias-Tecnicas-para-Atuacao-de-Psicologasos-em-Medidas-Socioeducativas.pdf>

CFP; CNMP; MNPCT; MPT. Conselho Federal de Psicologia; Conselho Nacional do Ministério Público; Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; Ministério Público do Trabalho Impresso no Brasil. **Hospitais psiquiátricos no Brasil: Relatório de inspeção nacional**. 2ª edição – Março 2020. Disponível em: <https://mnpctbrasil.files.wordpress.com/2020/03/relatc393rio-nacional-hp-versc3a3o-revisada.pdf> . Acesso em janeiro de 2023.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. O espelho do mundo. **Rio de Janeiro: Paz e Terra**, 1986.

DA COSTA, Pedro Henrique Antunes. COMUNIDADES TERAPÊUTICAS NO DISTRITO FEDERAL: “controle” social e saqueio do fundo público. **Revista de Políticas Públicas**, v. 27, n. 1, p. 341-360, 2023. Disponível em:

<https://www.redalyc.org/journal/3211/321175886021/html/> . Acesso em janeiro de 2024.

DA SILVA, L. Discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na abertura da reunião do Foro de São Paulo. São Paulo. Publicado em 30/06/2023. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/discurso-do-presidente-luiz-inacio-lula-da-silva-na-abertura-da-reuniao-do-foro-de-sao-paulo>. Acesso em dezembro de 2023.

DESINSTITUTE, RENATA WEBER (org.). **Painel Saúde Mental: 20 anos da Lei 10.2016/01**. Brasília : [s.n.], 2021. – 84 p. – ISBN 978-65-996043-0-0. Disponível em: <https://desinstitute.org.br/noticias/painel-saude-mental-20-anos-da-lei-10-216/>. Acesso em junho de 2023.

DESINSTITUTE. **Desinstitucionalização: da saída do manicômio à vida na cidade: estratégias de gestão e de cuidado**. Brasília:[s.n.], 2023. Disponível em: <https://desinstitute.org.br/documento/desinstitucionalizacao-da-saida-do-manicomio-a-vida-na-cidade-estrategias-de-gestao-e-de-cuidado.pdf?x44477> Acesso em junho de 2023.

DISTRITO FEDERAL. **Lei Distrital nº 975 de 12 de dezembro de 1995**. Fixa diretrizes de atenção à saúde mental no Distrito Federal e dá outras providências. Câmara Legislativa do Distrito Federal. Brasília, DF; 12 dez 1995. Disponível em: http://www.tc.df.gov.br/sinj/Norma/48934/Lei_975_12_12_1995.html

DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL. **Portaria nº 407 de 16 de outubro de 2023**. Disponível em: https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/bef88be48ab94f45969b4919234a236c/Portaria_407_16_10_2023.html

FERRARI, Andressa de França Alves. **O circuito dos afetos na construção e fortalecimento do Movimento Pró-saúde Mental no DF**. Dissertação Mestrado em Saúde Coletiva, Universidade de Brasília, Brasília, p.94, 2021. Disponível em: <http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/41335>. Acesso em maio de 2023.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Trad. José Laurênio de Melo. Ed. civilização brasileira, 1968.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Ed. Vozes, 1987, 288 p.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. Tradução: Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GABINETE DE TRANSIÇÃO GOVERNAMENTAL. **Relatório final do Gabinete de Transição Governamental**. Gabinete de Transição Governamental, 2022. Disponível em: <https://gabinetedatransicao.com.br/noticias/relatorio-final-do-gabinete-de-transicao-governamental/> Acesso em julho de 2022.

GOFFMAN, Erving. Manicômios, prisões e conventos. In: **Manicômios, prisões e conventos**. 1961. 316 p.

JABR, Samah. **Sumud em tempos de genocídio**. Organização e tradução: Rima Awada Zahra – I. ed. - Rio de Janeiro: Tabla, 2024. 192 p.

KINOSHITA, R. T. Contratualidade e reabilitação psicossocial. In: PITTA, A. (Org.). **Reabilitação psicossocial no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 55-59.

LIRA, R.; DIAS, R. A Saúde Mental na Corte Interamericana de Direitos Humanos. Revista Jurídica Consulex, ano XIV, n. 320, p. 43-44, maio 2010. Disponível em: <https://issuu.com/justicaglobal/docs/images> . Acesso em maio de 2024.

MACIEL, C. Sindicatos fazem ato contra demissão de funcionária da EBC e indicam estado de greve. **Brasil de Fato**. 09 de setembro de 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/09/09/sindicatos-fazem-ato-contrademissao-de-funcionaria-da-ebc-e-indicam-estado-de-greve> . Acesso em fevereiro de 2024.

MANIFESTO DE BAURU. **II Congresso Nacional de Trabalhadores em Saúde Mental**. Bauru, SP, 1987. Disponível em: <<http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2017/05/manifesto-de-bauru.pdf>>. Acesso em junho de 2022.

MARTINS, Beatriz Adura. **Ode à Crueldade, ou a arte para pensar a desinstitucionalização**. 2009. Tese de Doutorado. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, Niterói-Rio de Janeiro. Disponível em:

http://sta.sites.uff.br/wp-content/uploads/sites/101/2021/05/2009_d_BeatrizAdura.pdf .

Acesso em setembro 2023.

MARTINS, Beatriz Adura. **Por uma escrita dos restos (sobre assassinatos de travestis?)**. 2015. Tese de Doutorado. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia/Universidade Federal Fluminense.

MPT DF/TO - Ministério Público do Trabalho no Distrito Federal e no Tocantins. **EBC é condenada por assediar moralmente seus trabalhadores**. Janeiro, 2024. Disponível em: <https://www.prt10.mpt.mp.br/informe-se/noticias-do-mpt-df-to/2119-ebc-e-condenada-por-assediar-moralmente-seus-trabalhadores> . Acesso em fevereiro de 2024.

NICÁCIO, Fernanda. Apresentação. In: **Desinstitucionalização**. Editora Hucitec, São Paulo, 1990.

NICACIO, Fernanda. **Utopia da realidade: contribuições da desinstitucionalização para a invenção de serviços de saúde mental**. 2003. Tese de Doutorado. Campinas, SP. Disponível em <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/297444> . Acesso em outubro de 2022.

ONGARO BASAGLIA, Franca. **Mario Tommasini: vidas e feitos de um democrata radical**. São Paulo: Hucitec, 1990.

OPAS. **OMS revela principais causas de morte e incapacidade em todo o mundo entre 2000 e 2019**. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/9-12-2020-oms-revela-principais-causas-morte-e-incapacidade-em-todo-mundo-entre-2000-e>. Acesso em fevereiro de 2023.

PEREIRA, Melissa de Oliveira. **Mulheres e loucura: narrativas de resistência**. Rio de Janeiro: Editora Autografia, 2020. 226 p.

PEDRETTI, L., DOMENICI, T. Os registros inéditos do SNI que espionou mais de 300 mil brasileiros na ditadura. **A Pública**. 28/03/2024. Disponível em: <https://apublica.org/2024/03/os-registros-ineditos-do-sni-que-espionou-mais-de-300-mil-brasileiros-na-ditadura/> . Acesso em março de 2024.

ROSA, Roldão Mendes. **Poemas do não e da noite**. Editora Hucitec, Prefeitura Municipal de Santos. Secretaria da Cultura. São Paulo – Santos, 1992.

ROTELLI, Franco, LEONARDIS, Ota de, MAURI, Diana, DE RISIO, C. A instituição inventada. **Desinstitucionalização**, v. 2, p. 89-99, 1990.

SÁ, E. N. **Análise de uma organização pública complexa no setor Saúde: o conjunto Juqueri no Estado de São Paulo** [tese de doutorado]. São Paulo: Universidade de São Paulo; 1983., *apud* SAKAGUSHI, D.S., 2016.

SAKAGUSHI, Douglas Sherer; MARCOLAN, João Fernando. A história desvelada no Juquery: assistência psiquiátrica intramuros na ditadura cívico-militar. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 29, p. 476-481, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/xf755jm5C6ps7YRqJrbs6fd/?lang=pt>. Acesso em fevereiro de 2024.

SZASZ, Thomas S. La psichiatria a chi giova? Tradução de Giovanna Weber Sommermann. In: BASAGLIA, F., ONGARO BASAGLIA, F., et. al. **Crimini di pace**, Torino, 1975, p. 166-172. http://www.ristretti.it/areestudio/cultura/libri/crimini_di_pace.pdf . Acesso em março de 2024.